

## **FIAR E TECER**

### **Uma perspectiva histórica da indústria têxtil**

#### **a partir do vale do Ave**

**Jorge Fernandes Alves**

**Faculdade de Letras – Universidade do Porto**

Fiar e tecer constituem actividades cuja génese se perde nos fios emaranhados da História, na resposta a uma necessidade social básica - o vestir. Estas actividades têxteis ganharam sentido construtivo à medida que a capacidade humana tomou fôlego para a desconstrução da realidade envolvente: sob pressão da natureza (as condições meteorológicas, a protecção do corpo) e da cultura (o pudor), desfiam-se as fibras alheias (animais ou vegetais) para com elas urdir um produto que cobrisse o homem. E surge o tecido. Exemplo vivo e precoce do trabalho humano como um empreendimento racional direccionado para a transformação e, concomitantemente, para a produção de riqueza!

Elemento histórico operativo que ajudou a moldar corpos e razões, a actividade têxtil sempre esteve, por outro lado, profundamente imbricada nas sociedades camponesas, dado extrair-se da pecuária ou da agricultura as matérias-primas susceptíveis de produzirem fio. E, à medida que se ultrapassou a auto-suficiência e se criou mercado, funcionou como trabalho complementar que permitiu outros tipos de ganho, traduzido em moeda, potenciando o exercício de troca às populações rurais que labutavam em espaços agrícolas exíguos, de produção limitada.

Assim aconteceu também em Portugal, de forma diferenciada conforme as regiões: mais laníferas os espaços de montanhas onde se criava de forma extensiva o gado ovino nos tradicionais rebanhos, mais liníferas as terras do litoral, onde a agropecuária se estruturava em minifúndios, com o aproveitamento de lameiros para o cultivo do linho. A lã e o linho foram, assim, os dois grandes produtos nacionais que sustentaram durante séculos a actividade têxtil portuguesa, que só mais tarde integrou, em tempos diferentes, a seda, depois o algodão, a juta, o cânhamo, enfim, as fibras artificiais.

Nas terras da bacia do Ave se dizia que a tecelagem era "parte integrante da educação das jovens", constituindo o tear "as arras do casamento das filhas", pois "casa que não tenha um tear ou é de fidalgo ou é casa onde a miséria entrou desapiedadamente"<sup>1</sup>, sendo portanto a tecelagem indissociável da casa agrícola. Se por aqui também existia a lã, era o linho, todavia, especialmente na variante *galega*, que surgia representado como uma cultura generalizada, largamente valorizada nos documentos mais antigos.

Cultivava-se o linho nos paus, terrenos fundos e húmidos, semeando-se por Abril para colher em Junho e depois dar-lhe sequência através de uma tecnologia simples mas muito operosa com vista a atingir as produções finais, de qualidade diversa: a estopa, o bragal ou o treu. As feiras eram as principais estruturas de escoamento desta produção linífera que atingia produções elevadas, quer pela produção doméstica das mulheres rurais, quer pelas oficinas que entretanto se organizaram. A comarca de Guimarães assumiu ao longo da história a função de principal centro produtor do linho, célebre pela "finura das suas linhas", como nos recordam Veiga de Oliveira *et alii*, enquanto a barra do Douro surgia como o porto que, centripetando um vasto

---

<sup>1</sup> *Luctador*, 20.02.1901.

*hinterland*, permitia a exportação, que atingiu dimensões muito importantes para o Brasil do século XVIII.

As características domésticas e caseiras da transformação do linho, com base numa tecnologia rudimentar e disseminada pelas famílias camponesas, ajudam a explicar que só muito tardiamente o linho fosse passível de industrialização, ao contrário da lã que foi objecto de maior atenção real nos surtos de organização manufactureira, de que beneficiaram centros como a Covilhã ou Portalegre, especialmente na época pombalina. Só no século XIX, algumas fábricas do Norte se dedicaram à produção de panos de linho, ainda que importando quase toda a matéria-prima, por falta de qualidade e quantidade do produto nacional com vista à fiação e tecelagem mecânicas. Ressalve-se, no entanto, uma difusa tecnologia de tecidos mistos que se praticou longamente nas oficinas e nas primeiras fábricas, dando saída industrial ao linho, quer como solução técnica, quer como estratégia económica.

Mas por essa altura, já o algodão, de origem colonial, ocupava um lugar central na indústria têxtil mundial, periferizando a lã e o linho, tendo-se tornado no laboratório das inovações tecnológicas dos finais do século XVIII que configuram a primeira revolução industrial<sup>2</sup>. Embora presente desde os primórdios da colonização, só ao longo da segunda metade do século XIX, o algodão entra em força na economia portuguesa, depois de algumas iniciativas manufactureiras falhadas, ajudando a configurar o nosso incipiente tecido industrial, sendo então o linho remetido para consumos de luxo, decaindo a produção, que remanesce apenas nas práticas domésticas das casas agrícolas e alimentava uma limitada indústria de rendas. Assim, não admira que, na zona do vale do Ave, "que havia constituído o mais importante núcleo linheiro do País, a indústria fabril e caseira do algodão tenha recoberto

---

<sup>2</sup> Phyllis Deane, *A Revolução Industrial*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, p.105-122.

inteiramente a primitiva actividade, sendo efectivamente aí que hoje se encontra a maior concentração algodoeira do País, tanto em grandes fábricas como em tecelagem individual isolada, não raro trabalhando por conta de empresários intermediários - os urdidores - que distribuem o fio e se ocupam da comercialização do produto"<sup>3</sup>.

A história da industrialização têxtil do Norte de Portugal e, particularmente, do Vale do Ave é, deste modo, a história de uma sobreposição. O tradicional labor de fiar e tecer o linho produzido localmente é invadido, de forma acelerada a partir do século XIX, pelos flocos brancos das ramas de algodão, qual nevoeiro que penetra nas oficinas, alastra aos domicílios e acaba por projectar grandes unidades fabris. Abundante na produção externa, mais adaptável aos processos mecânicos, susceptível de uma maior variedade de acabamentos, mais barato ao longo das diversas fases de produção, o algodão assume naturalmente uma posição hegemónica no campo do vestuário e da produção de panos para usos domésticos.

Se este efeito de sobreposição explica a manutenção histórica de um padrão de localização industrial, em que os teares de linho se reconvertem ao algodão<sup>4</sup>, valorizando saberes técnicos tradicionais e disponibilidades demográficas, a verdade é que a onda avassaladora do algodão evidencia também que a industrialização, enquanto fenómeno moderno, vem de fora para dentro e revela a gradual inserção de Portugal na nova ordem económica mundial, arrastado numa partilha de mercados e de produtos. A indústria moderna do algodão, com efeito, é o resultado da revolução industrial que se desenvolveu há dois séculos na Inglaterra através de processos mecânicos de produção e depois se propagou, gradualmente, a todo o mundo: Estados Unidos e Europa Ocidental, depois Europa de Leste e meridional, mais tarde América

---

<sup>3</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - O Linho*, Lisboa, INIC, 1978., p. 5-30.

<sup>4</sup> Teresa Sá Marques, *Sistema produtivo industrial e território: Um estudo da têxtil em Guimarães*, separata da da Revista da Faculdade de Letras-Geografia, Porto, 1998.

Latina e Ásia. Foi um padrão de difusão característico, na medida em que os processos nacionais de industrialização tiveram tendência para se iniciar pela têxtil algodoeira, pela simplicidade de processos envolvidos, pelos baixos níveis de capital imobilizado, pela abundância de mão-de-obra, pela garantia de haver sempre níveis de consumo nacionais relativamente estáveis para produtos de primeira necessidade como é o produto têxtil, desde que garantidas algumas condições concorrenciais. Difusão a que não foi alheio o reordenamento da economia-mundo, com a Inglaterra a ceder na sua posição hegemónica de produtora de tecidos de algodão a partir da década de 1860, dedicando a sua atenção a outras indústrias emergentes, verificando-se então uma certa desvalorização da indústria algodoeira, sobretudo nos segmentos primários, como a fiação e a tecelagem, o que permitiu o acesso de países semi-periféricos (como Portugal) a fatias desse mercado, na situação dos "late-comers" à espera de uma oportunidade<sup>5</sup>.

Destas características internacionais muito pronunciadas e da inerente evolução, bem como da fixação de preços pelos mercados internacionais submetidos a uma intensa e crescente concorrência, surgem frequentes recomposições de mercados (pela conjuntura, mas também por acordos bilaterais, contingentações, tarifas alfandegárias) a nível mundial, nacional ou regional, num efeito de cascata que condena a economia local a permanentes flutuações e incertezas, ainda que se criem quadros de resistência e protecção face às leis da livre troca. Recomposições que trouxeram para o vale do Ave as novas fórmulas de organização produtiva, baseadas no trabalho assalariado nas fábricas e na sua utilização intensiva, ainda que não eliminem a tradição domiciliária. Com efeito, uma das características do tipo de industrialização algodoeira que se vai fixar no vale do Ave é a compatibilização da indústria fabril com as estruturas

---

<sup>5</sup> Carlos Fortuna, *O Fio da Meada - O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*, Porto, Afrontamento, 1993, p.43-70.

minifundiárias da região, permitindo que as famílias camponesas possam aceder ao salário industrial por parte de alguns dos seus membros, sem terem de abandonar o amanho dos acanhados terrenos agrícolas que garantem uma parte da subsistência. Por isso, nos tempos iniciais da industrialização algodoeira, esta modalidade de articulação com a economia camponesa incrementa mesmo a tradicional tarefa domiciliária, assegurando uma produção a baixo custo e sem investimento significativo ao nível tecnológico, tal como à família camponesa permite capitalizar tempos mortos e disponibilidades de mão-de-obra. E as fórmulas actuais de subcontratação com microempresas (de natureza precária) no domínio da confecção, apesar de explicáveis por teorias de segmentação, não encontraram no vale do Ave uma tradição histórica de grande afinidade, que tem facilitado a sua propagação?

Em todo o caso, estas representações vulnerabilistas da indústria algodoeira do Vale do Ave, de uma indústria historicamente arcaizante por conviver em complementaridade com o meio agrícola de natureza conservadora, têm ajudado a ocultar a realidade objectiva de aqui, no Noroeste português, se terem criado algumas empresas de sucesso, fundamentais para o processo de industrialização português, bem como a de se terem afirmado alguns actores empresariais de elevado dinamismo e iniciativa criadora. Bastará sublinhar, na esteira de M. Villaverde Cabral, que a têxtil se tornou desde a segunda metade do século XIX no primeiro sector industrial português, numa expansão produtiva que ajudou a criar consumo e a configurar o mercado, incluindo o seu alastramento às colónias africanas. Trata-se ainda de um sector onde domina claramente o capital nacional e é em torno dele que se organiza a "grande-indústria" portuguesa oitocentista, em termos de níveis de concentração operária e de assunção da força motriz disponível, ajudando a penetrar o capitalismo nas zonas rurais, nomeadamente através dos "carreiros de industrialização" como se

verifica ao longo de rios como o Ave e o Vizela<sup>6</sup>, depois ampliados pelas linhas ferroviárias e rodoviárias. Por outro lado, o rápido crescimento da produção e o papel desta indústria na substituição de importações, para o que contribuiu a mecanização dos inícios do século XX, colocaram a têxtil algodoeira no centro das redefinições da política colonial observáveis neste século, bem como no cerne das preocupações levantadas com os projectos de integração europeia (EFTA, primeiro, CEE, depois) e os confrontos concorrenciais daí derivados. E não se poderá esquecer que, ao longo do século XX, a têxtil portuguesa apresentou níveis de exportação significativos, com picos quantitativos em conjunturas favoráveis<sup>7</sup>.

Note-se que a designação "têxtil" para uma indústria direccionada para o tecido acaba por resultar num sincretismo que dá uma aparente unidade a um conjunto de actividades muito diversas, a começar pela diversidade das matérias-primas subjacentes, embora conexas, na medida em que convergem na produção final de tecidos, mas na realidade são concorrentes ou conflituais. Em todo o caso, há quatro tipos de operações essenciais que são comuns a toda a indústria têxtil, embora incluam múltiplas variações tecnológicas:

- 1) preparação das fibras, através da sua depuração (salvas as especificidades químicas das recentes fibras sintéticas);
- 2) transformação da fibra em fio, através da fiação;
- 3) submissão do fio à tecelagem;

---

<sup>6</sup> Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 280. Idem, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 274.

<sup>7</sup> Não foi, no entanto, só por alturas das guerras mundiais e da guerra de Espanha que Portugal conseguiu exportar têxteis. Na década de 1930, por exemplo, em plena crise mundial, Portugal e a URSS foram os dois únicos países que viram as suas exportações crescerem. As exportações portuguesas que entre 1929 e 1930 sofreram de queda de 15000 para 9000 quintais, subiram progressivamente atingindo os 25 quintais em 1935. Cf. Bureau International du Travail, *L'industrie textile dans le monde - Problemes economiques et sociales*, I volume, Geneve, 1937, p.161. Nas décadas de 1950/60 a exportação de têxteis cresce de novo, com os montantes globais a ultrapassarem os valores da exportação ultramarina.

- 4) acabamento do tecido, através de operações de branqueamento, tinturaria, estamparia ou outras afins.

Deste elenco de operações de base podem derivar diversas formas de organização empresarial na indústria têxtil: umas apostando na especialização, com base num segmento da cadeia de produção; outras apostando na verticalização, procurando integrar as diversas operações; outras ainda combinando as duas tendências, por exemplo, procurando controlar toda a cadeia de produção, mas garantindo no exterior da empresa a execução de uma ou outra operação mais específica, por razões de ordem económica ou tecnológica.

Daqui resulta que raramente se verifica uniformidade dentro de um só ramo têxtil, emergindo vários tipos de interesses conformes à organização empresarial existente e às formas de comercialização subjacentes, numa conflitualidade interna que dificulta a acção empresarial colectiva. É um aspecto particularmente visível na história das políticas portuguesas para o algodão, sobretudo na adopção de medidas proteccionistas, em que fiandeiros, tecelões e estampadores raramente estiveram de acordo, pois a respectiva produção dos dois primeiros é a de produtos semi-acabados que funcionam como matéria-prima para o terceiro, cada um deles reticente à oneração fiscal da sua matéria de base. Aqui residirá uma das explicações (ou legitimações) para o carácter altamente dirigista e regulamentador das políticas do algodão assumidas pelo Estado Novo e para o seu incentivo, pela década de 1940, à criação de "fábricas completas", isto é, para que se estruturassem de forma vertical, de forma a contemplarem os principais segmentos da produção, de acordo com os princípios da "reorganização industrial".

Para uma grande parcela do Noroeste português, particularmente para o Vale do Ave, a indústria têxtil algodoeira representa hoje um património profundamente

identificado com a sua história. A fábrica têxtil, tendo marcado profundamente o vivido de sucessivas gerações no crescimento pessoal, na cultura do trabalho, nos espaços de sociabilidade, nos momentos de luta e de sacrifício, funciona como uma memória comum e gera sentimentos de identidade e de territorialidade. As arquitecturas das fábricas têxteis, no típico repetitivismo dos telhados em duas águas ou em “shed”, marcam fortemente paisagem, e se muitas são já vistas como sucata a abater, susceptíveis entretanto de uma intervenção selectiva para salvaguarda patrimonial, não podemos esquecer que elas constituíram os templos da grande crença no progresso técnico e económico de que se comungou nestes dois últimos séculos - o industrialismo, enquanto remédio tanto para a criação de trabalho como forma de assegurar a fixação de pessoas que o campo não comportava como para a produção de riqueza nacional (apesar da sua redistribuição ser fortemente marcada por padrões desigualitários, afinal uma constante da têxtil em todo o lado, a que não é estranha a profunda feminização da sua mão-de-obra).

Importa, então, pormenorizar um pouco mais a evolução histórica da indústria têxtil, procurando articular diferentes dimensões espaciais que ajudem a compreender as configurações do sistema produtivo têxtil sedimentado no território do Médio Ave, no qual se inclui o concelho de Vila Nova de Famalicão.

## **1 - A tradição - domesticidade e verlagsystem**

### **1.1 - O linho**

A produção de fio e tecidos de linho constitui uma etapa histórica fundamental na estruturação do sistema industrial têxtil do Médio Ave. A memória do linho perde-se no tempo, profundamente enraizada na cultura camponesa local, pois indícios deste

tecido ou de utensílios destinados à sua produção podem remontar-se a jazidas neolíticas. Nas culturas castrejas, os testemunhos da tecelagem são já relativamente complexos (com teares verticais e peças auxiliares de cerâmica) e demonstram uma habilidosa coordenação funcional a revelarem a especialização de "lenzarios" (tecelões)<sup>8</sup>. O período romano terá contribuído fortemente para ajudar a sedimentar técnicas e para incorporar novos elementos e espécies (o linho de inverno), derivando do latim grande parte da terminologia afim (bragal, braga, estopa, tomentos, estriga, etc.), como mostraram Alberto Sampaio ou Veiga de Oliveira et alli<sup>9</sup>.

No período medieval, o linho surge como um produto sobre o qual recai grande apetência fiscal, sendo a forma de pagar diversos tributos senhoriais, e é objecto de uma cada vez maior circulação comercial pelas feiras e mercados. Com o desenvolvimento das navegações ganha desenvolvimento a produção de panos de treu ou lonas para as velas: destacam-se, então, os panos distribuídos por Vila do Conde, porto que funcionava como um entreposto catalizador e distribuidor da produção de linho do vasto *hinterland* de Entre-Douro e Minho onde a fiação e a tecelagem eram muito significativas, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, fornecendo pano de treu para as expedições que saíam de Lisboa, sendo ainda exportado para Espanha<sup>10</sup>.

Esta procura intensa, a vários níveis de panos de linho, explica a gradual autonomia da tecelagem como actividade profissional, destacando-se da agricultura e assumindo-se como ofício, embora os linifícios não tivessem tradição corporativa, para lá do controlo municipal e do controlo da emissão de cartas que parece ter

---

<sup>8</sup> A. L. Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume, Guimarães, 1941, p. 7-10.

<sup>9</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - O Linho*, Lisboa, INIC, 1978.

<sup>10</sup> Amélia Polónia, "A Tecelagem de panos de treu em Entre-Douro-E-Minho no século XVI - Contributos para a definição de um modelo de produção", in Jorge Fernandes Alves (Coord.), *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Porto, CLC-FLUP, 1998, p.11-23.

recrudescido nos finais do século XVIII, mas sem grandes sujeição a regulamentações e compromissos, o que seria ineficaz face à persistência da tecelagem caseira que durou até aos nossos dias. Para além disso, houve ainda, pelo menos, uma concessão para uma manufactura privilegiada de tecidos de linho em Guimarães, a Francisco de Oliveira Ribeiro, por resolução de 27.9.1781, com isenção de direitos por 10 anos, de que não há grandes notícias. Mas como mostram diversos autores, desde muito cedo se verificou a dupla via da produção: a artesanal, de feição urbana, e a doméstica, ocupação feminina nas casas agrícolas de um espaço geográfico mais largo. Foi esta dupla via que assegurou um vasto mercado aos linhos da comarca de Guimarães, famosos pela finura do fio, procurado em todo o país e no estrangeiro próximo (Espanha e França). Entretanto, o linho torna-se num produtos mais significativos das nossas exportações para o Brasil, a partir do século XVIII, particularmente nas remessas que saíam da barra do Douro, por onde se escoava a produção do vasto espaço do Norte Litoral, do Minho ao Mondego, sendo conhecidos outros núcleos importantes de produção de linho como Lamego e Vila da Feira. Daí que à volta da produção de linho gravitasse uma chusma de intermediários que tinha a vantagem de assegurar o seu escoamento. A. L. de Carvalho cita-os, no seu estilo pitoresco: o mercador "linheiro", de loja aberta, que compra a matéria-prima e se encarrega da sua manufactura; a adela que recolhe a produção pelas casas particulares; o atravessador que corre às aldeias para juntar a produção; o tratante ou comissário que açambarcava em grande escala para vender noutras paragens. Complexo de distribuição que vinha de longe, pois "esse trato e meneio de comprar linha alva, pano de linho e teas de beatilha pellos Mercadores que dessa Villa vinham compralas, sempre se usava de tempo imemorial a esta parte, por ser como era em grande proveito e utellidade desse Povo", dizia a Câmara de Guimarães, em 1643, em alegações a um recurso de um

tratante, condenado a degredo, que usava de "invenção, manha, dolo, pelo manipolho que tinha feito" com outros mercadores, inculcando-se como comprador único para fazer baixar os preços<sup>11</sup>.

A evolução de oficinas a unidades manufactureiras mais amplas, com um passagem pela distribuição de trabalho ao domicílio não deve ser esquecida, sendo relevantes para este efeito as informações de A. L. Carvalho. Por exemplo, a da provisão de D. Maria I relativa aos herdeiros de Domingos Teixeira, de Guimarães. Estes fabricavam "toalhas de fiado a linha" e tinham "muntos thiares, assim em sua casa como fora della em que trabalhavam varios officiais de diferentes freiguesias que chegavão ao numero de vinte", sendo estes condenados pelos officiais da câmara e pelo Corregedor por não terem exames típicos do officio. O governo desonera então os trabalhadores de officio da carta de exame, que passa a ser obrigatória apenas para o "mestre" para quem trabalham (13.8.1796), tornado elemento central da nova organização produtiva<sup>12</sup>. Outra referência é a da provisão régia concedendo isenções a Manuel José Pereira de Lima, em 1815, que tinha então "huma Fabrica regular com mais de doze theares de Estreito, a qual admesnistrava por sua conta", sita na Cruz de Pedra, em Guimarães, a que associa seu irmão, numa iniciativa que culmina mais tarde, já em geração posterior, na importante Fábrica do Arquinho, que manufacturava panos de linho e de algodão<sup>13</sup>. Em 1842, essa produção traduzia-se em fitas de veludo, sedas matizadas, e outros tecidos adamascados, revelando aquilo que parece ter sido uma regra, embora não única: algumas das fábricas importantes do eixo Famalicão-Guimarães evoluíram a partir de manufacturas e de oficinas espalhadas pelas freguesias desse eixo geográfico, que se dedicavam aos tecidos mistos, dos quais resultava, por exemplo, o veludo por mistura de seda e algodão.

---

<sup>11</sup> A. L. Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume, Guimarães, 1941, p. 39-43 e 61-65.

<sup>12</sup> A. L. Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume, Guimarães, 1941, p. 29-30.

O inquérito de 1852, que considera apenas as unidades com 10 ou mais operários, faz referência a duas "fábricas", que se tornam assim a imagem "industrial" da altura do Concelho de Vila Nova de Famalicão, embora de forma reducionista porque esconde oficinas com menos de 10 operários: 1) em Pedome, a "fábrica" de algodão e linho, de Francisco de Freitas Guimarães, com 8 homens (apenas 1 sabendo ler e escrever), 3 mulheres e 7 menores de 16 anos; 2), em Mogege, a "fábrica" do mesmo tipo de José Luís Ferreira, com 10 homens ( dos quais 5 sabiam ler e escrever), 4 mulheres e 3 menores. Ambas utilizavam o linho e o algodão, provavelmente para tecidos mistos, numa fórmula vulgar nest tempo de transição de materiais e de técnicas, mas nada obstando que produzissem também panos de uma só qualidade, surgindo aqui a palavra "fábrica" num sentido amplo, que inclui as unidades manufactureiras.

Contudo, segundo o relatório da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, não havia ainda fiação mecânica na região, sendo nesse ano que António da Costa Guimarães, adquiriu "alguns teares de sistema aperfeiçoado" para a sua fábrica de Caneiros, em Fermentões, tendo para esse efeito enviado um caixeiro a Manchester, que veio a ser o técnico das novas instalações, ascendendo a sócio, dando assim origem à Fábrica de Fiação e Tecidos do Castanheiro. Note-se que A. C. Guimarães era um antigo "mercador linheiro", que dava obra a tecer ao domicílio, tendo aberto o seu estabelecimento por 1857<sup>14</sup>, anunciando nos jornais os seus produtos como "teias de pano de linho", "toalhas e guardanapos de linho e também de algodão", "cobertas de linho e de linho e algodão", encarregando-se de outros géneros fabricados em

---

<sup>13</sup> Carlos Bastos, *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, 1947, p. 47-48.

<sup>14</sup> "A casa industrial e comercial de tecidos de linhos e algodão", cuja data de início é duvidosa. Geraldês fala em 1851; a data de 1857 é inferida do anúncio n' O Comércio do Porto, de 1859, em que afirma ter aberto o seu estabelecimento há dois anos. Há ainda referências a outras datas. Para a fábrica de Caneiros, Geraldês fala em 1869, com base no inquérito de 1881. Cf. Manuel de Melo Nunes Geraldês, *Monografia sobre a Indústria do Linho no distrito de Braga*, Coimbra, 1913.

Guimarães mediante a comissão de 4% <sup>15</sup>. Ou seja, os grandes mercadores já não podiam ficar só pelo linho e apresentavam, nos meados do século, os tecidos mistos de linho e algodão, uma prática que mostra a gradual penetração do algodão nos meios fabris e comerciais com tradição no linho. Mas este caso revela-nos ainda a outra modalidade para a evolução fabril, desenvolvida a partir do comércio. Entretanto, a evolução técnica da fábrica é rápida, segundo Nunes Geraldes, pois dos três teares mecânicos de 1884 (então os únicos em Guimarães), evolui para 25, contabilizados em 1889, para 43 em 1896, contando 100 em 1913, mas apenas metade seriam aplicados no linho. Mas, como lembra aquele autor, à introdução dos teares mecânicos correspondeu um importante aumento da importação de linho do estrangeiro, pela carência de qualidade para fiação mecânica e quantidade suficiente para os novos volumes de produção, aspectos já apontados. Isto é, a agricultura do linho não acompanhou a evolução industrial rumo à mecanização: face à concorrência do linho estrangeiro e à quebra de procura deste tipo de produtos, o linho passou a ser "uma cultura canserosa, fadigosa, pelos múltiplos cuidados que traz ao lavrador, sem uma compensação correspondente", na expressão típica de A. L. Carvalho<sup>16</sup>. Se a tecelagem do linho persistiu, por importação da matéria-prima, a da produção de linha, que fizera a fama de Guimarães praticamente acabou, pois já em 1884, por ocasião da Exposição Industrial, se dizia que o "fio de linho e algodão torcido mecanicamente derrotou esta antiga indústria", que remanesceu apenas como actividade caseira. Imagem de decadência esta, que o inquérito de 1890 corrobora ao mostrar a natureza caseira e oficial do linho no distrito de Braga (com 39 oficinas de fiação e tecelagem de linho em concelho de Vila Nova de Famalicão, mais uma de

---

<sup>15</sup> A. L. Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, 2º volume, Guimarães, 1941, p. 119-125 e 138-141.

<sup>16</sup> Ob. Cit., p. 114

massagem)<sup>17</sup>. E que se pode estender ao distrito do Porto, onde a fiação só se fazia nas casas rurais e onde só teares domésticos e algumas oficinas rurais em Penafiel, Gondomar davam continuidade à tecelagem do linho<sup>18</sup>.

A panorâmica que Manuel Nunes Geraldês nos fornece por 1913, num relatório de um inquérito encomendado pelo governo para avaliar a situação da indústria do linho do distrito de Braga, é claramente a de que a indústria manual se encontra em profunda decadência (apesar de ainda dar trabalho a numerosas tecedeiras rurais e famílias, que calculava em 1% da população) e a mecânica reduzida à tecelagem, mas agora com três fábricas ( F. do Castanheiro, C<sup>a</sup> Fiação e Tecidos de Guimarães, criada em 1890, e a de M. Bernardo Alves) que trabalhavam mecanicamente, equipadas com vapor<sup>19</sup>, sendo quase toda a produção para o mercado interno (a exportação para o Brasil perdeu significado com os finais do século XIX). Note-se que estas fábricas também se dedicavam ao algodão: Geraldês estimava que do total de 1050 operários das três fábricas, só 300 se dedicariam aos artefactos de linho, que no domínio da tecelagem ocupariam apenas 110 teares<sup>20</sup>.

Temos, assim, uma imagem típica das fases pré-industriais europeias, em que nos surge uma actividade artesanal de âmbito familiar, que acaba por segregar um artesanato rural, disperso, com produção organizada para um mercado vasto, que, no caso no Vale do Ave, ultrapassa a dimensão regional, chegando ao escoamento para o estrangeiro. Nesta distribuição dos fios e tecidos de linho gira uma rede de negociantes, com imagens que se podem associar aos tipos conhecidos noutras

---

<sup>17</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, vol. III.

<sup>18</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881, Visita às Fábricas do Districto Administrativo do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 43.

<sup>19</sup> Estavam em 1913 a tratar de instalar a energia eléctrica: a do Castanheiro que seria fornecida pelo Lindoso; a F. T. de Guimarães, que dispunha também de energia hidráulica, estabelecendo uma central própria no Ave para as duas unidades de que dispunha (Guimarães e Campelos).

<sup>20</sup> Manuel de Melo Nunes Geraldês, *Monografia sobre a Indústria do Linho no distrito de Braga*, Coimbra, 1913.

paragens como *verlagers* ou *putters-out*, aqueles que fornecem a matéria-prima ao domicílio ou oficinas e se encarregam depois da comercialização do produto final, às vezes disponibilizando ainda os meios de produção (neste caso, os teares), alguns dos quais acabam por dirigir os seus esforços para unidades fabris que parcialmente concentrem a força de trabalho e permitam a utilização de meios técnicos, ainda que parcialmente continuem a colocar for a parte da produção, numa gestão que flutua ao sabor da procura.

Claro que a zona de Guimarães, num sentido amplo, não era a única em que se produzia linho, embora se apresentasse como a zona onde melhor se aliava o binómio qualidade/quantidade para os trabalhos artesanais. Na *Relação das Fábricas de 1788* surgem manufacturas privilegiadas para trabalhar com linho em Coima (alvará de 24.10.1788), em Abrantes (1769), Alcobaça (1773), Faro (1778) e Lisboa<sup>21</sup>, revelando que a produção de panos de linho era uma produção com uma distribuição geográfica nacional, embora mais desenvolvida numas zonas do que noutras, conforme a extensão das condições naturais de cada região para o seu cultivo e transformação<sup>22</sup>. De resto, quando da primeira vaga da introdução do algodão, o linho foi um elemento determinante e indispensável na tecelagem, com procura para as tecelagens privilegiadas, desde a primeira fábrica criada para esse efeito por Locatelli, em Lisboa (1771), como muito bem então explicou Timotheo Verdier:

"duas qualidades de fio se empregão nos panos de algodão: o fio de urdidura, e o fio de trama que serve p<sup>a</sup> tecer ou tapar, este he o que vai na lançadeira, e deve ter menos consistência que o primeiro. A urdidura suportando todo o trabalho dos lissos, dos Pentes, e da lançadeira deve ser mais forte, e esta he a razão

---

<sup>21</sup>Luís Fernando de carvalho Dias, *A Relação de Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955.

<sup>22</sup>Para uma perspectiva genérica, cf. Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, p. 70-80.

porque antes se empregava, e ainda hoje se emprega em algumas partes o fio de linho p<sup>a</sup> urdir, por falta do fio proprio de algodão"<sup>23</sup>.

Em 1845, criou-se a Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas, uma sociedade por acções, com capital de 400 contos de réis, que começou por adquirir uma oficina como núcleo de base, a partir da qual organizou o seu equipamento mecânico. O seu objectivo inicial era a tecelagem do linho nacional, tendo sido a primeira que procurou aplicar a fiação mecânica ao linho, tanto para tecidos grosseiros, brins e riscados, mais tarde lonas e brins para navios, associando-lhes a juta, dedicando-se também a outras produções em que applicava o algodão. Rápido teve de passar a importar linho, em virtude da insuficiência do linho nacional, apesar de ter adiantado capital a agricultores da zona para o cultivarem, bem como da sua inferioridade, atribuída pela fábrica às técnicas tradicionais da curtimenta e espadelagem que danificavam as fibras. Mas, perante o inquérito de 1881, a direcção centrava as suas preocupações nos panos de algodão e reconhecia que a luta na concorrência não era com o estrangeiro, mas sim com o Norte, donde vinha uma opposição poderosa nos cotins, por isso a Companhia vendia com baixo lucro, às vezes com prejuízo, para "esmagar a concorrência do Porto, assim como a indústria do Porto tem de lutar com os tecidos não assarjados da indústria de Torres Novas"<sup>24</sup>. Note-se que no Sul, a Companhia de Torres Novas era a única que associava todas as fases de produção do linho, incluindo a fiação, embora houvesse mais algumas unidades fabris que nos inícios do século XX teciam linho, para além da Companhia de Linifícios

---

<sup>23</sup> Timotheo Lecussan Verdier, *Memória sobre as fiações d'algodão actualmente estabelecidas em Portugal, e sobre os obstaculos que impedem o sseus progressos, e que provocão a sua ruina & C.*, in Manuel da Silva Guimarães, *História de uma Fábrica - A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, Junta Distrital, 1976, p.220-235.

<sup>24</sup> Joaquim de Vasconcelos, *Indústrias Portuguesas*, Lisboa, IPPC, 1983, p. 41-44.

Portuguesa (Lisboa) que se dedicava a um outro tipo de produtos onde o linho ainda pontificava - fios para sapateiro e atilhos e a redes de pesca<sup>25</sup>.

A decadência de uma cultura tradicional não se processava sem lamentações. De facto, assistiu-se, ao longo do século XIX, à diminuição drástica do linho e dos linhares, cuja produção doméstica carecia de racionalidade económica, face aos novos preços e variedades de tecidos de algodão. Apesar de algumas campanhas inócuas a favor do cultivo do linho, só em 1943 arranca um projecto modernizador, através da Empresa Fabril do Norte. Integrada no grupo empresarial de Manuel Pinto de Azevedo e com unidades fabris na Senhora da Hora e em Soure<sup>26</sup>, obtém o alvará para instalação da indústria do linho, com vista à produção de fio fino, no âmbito da política de valorização dos recursos nacionais e de substituição das importações. Competia-lhe instalar uma fábrica de fiação de linho com o mínimo de 6000 fusos e 5 instalações de maceração e preparação de linho, além de promover campanhas de cultivo e controlo da produção de linho em estreita ligação com os agricultores (ministrando técnicas de cultivo, sementes e comprando a produção). A primeira central de maceração foi então construída na Trofa, mas a segunda, em Soure, só iniciou a sua actividade em 1957, sendo pouco rentáveis os primeiros anos, embora na décadas de 1950 e 1960 tenha havido uma produção bruta entre 1000 a 2000 toneladas de linho. Tratou-se verdadeiramente de explorar um nicho de mercado, com resultados positivos mas pouco animadores na revitalização da cultura do linho<sup>27</sup>.

## 1.2 - A lã

---

<sup>25</sup> Fernando Homem da Cunha Corte-Rial, *A indústria de fiação e tecelagem do linho e outras fibras vegetais na 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria*, in Boletim do Trabalho Industrial, nº 101, Lisboa, 1916.

<sup>26</sup> Jorge Custódio, *A máquina a vapor de Soure*, Porto, Fundação Belmiro de Azevedo, 1998.

Trabalhada na esfera doméstica, a lã nunca atingiu o valor económico do linho nem a sua dimensão artesanal/industrial na região nortenha e particularmente no Vale do Ave. Nos inícios do século XIX, a grande fábrica de lanifícios do Norte era a situada em Lordelo do Ouro, no Porto, de Plácido Lino dos Santos Teixeira, que em 1814, ocupava 80 trabalhadores e mais 35 mulheres, sendo americano o mestre dos engenhos de cardar e fiar. Mas fabricava tanto panos de lã como mistos com algodão. Ainda em Lordelo do Ouro, havia outra fábrica de lanifícios, a de Martins & Martins, com 33 operários, que trabalhava lãs do Alentejo e da Beira. Além dessas, há referências a duas pequenas unidades que fabricavam baetinhas de lã, uma da viúva Nunes Martins, apenas com 8 operários, ainda em Lordelo do Ouro, e uma outra em Guidões (S. Tirso), de Bento José Machado, com 14 operários. Para os finais do século, em 1881, já com utilização do vapor, a única fábrica de lã que merecia o reconhecimento de racionalidade económica no distrito do Porto continuava a ser a de Lordelo, entretanto objecto de uma reorganização (depois de uma paralisação de vários anos) a partir de uma sociedade anónima criada em 1853, onde pontificava Faria Guimarães. Registava-se ainda a existência de uma fábrica de lã em Padornelo (Lomba), em Amarante, criada pelo "brasileiro" Manuel Pereira da Silva, futuro barão do Cálvario, a qual, girando sob a firma Garcia Ribeiro & C<sup>a</sup>, procurou explorar a energia hidráulica a partir do rio Mendes, afluente do Tâmega, com instalações que remontavam a 1855. E havia ainda outra em Vale da Piedade, Gaia, criada em 1874. Ambas eram fortemente criticadas pelos relatores de 1881 no que respeitava a instalações e aproveitamentos energéticos ou de espaços e respectivos custos. Na

---

<sup>27</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - O Linho*, Lisboa, INIC, 1978., p. 5-30. Álvaro de Roure Roquette e J. C. Rebello de Andrade, *Linho (Subsídios para o estudo económico)*, Lisboa, 1951.

verdade, os grandes e tradicionais centros produtores da lã ficavam no sul interior, particularmente Covilhã, Fundão, Portalegre<sup>28</sup>.

Mas no concelho de Vila Nova de Famalicão, surge na década de 1870 a fábrica de fiação de lã do Barão da Trovisqueira, também um "brasileiro" de retorno, que ali teria aplicado 16 contos de réis, neles incluindo a aquisição da Azenha da Igreja, a montante da ponte de Riba d'Ave (adquirida em 1873), depois ampliada e apetrechada para a finalidade fabril, com alguma mecanização sustentada numa turbina a partir das águas do Ave<sup>29</sup>. Terá sido uma pequena fábrica, efémera, pouco excedendo a dezena de trabalhadores, mas apresentando alguma inovação técnica a nível local, através do aproveitamento da energia hidráulica, o que levou alguns autores a conferirem-lhe relevo. No distrito de Braga era a única fábrica de lã referenciada nos finais do século (Inquérito de 1890), embora já em clara decadência, para lá da designada "pequena indústria" de tipo oficinal, embora se deva referir que a lã tinha ainda uma outra utilização a nível distrital, como matéria-prima para os chapéus bragueses que, em Braga, animavam algumas unidades fabris.

Com o decorrer do tempo, outras experiências empresariais vingaram na lã, embora sempre minoritárias no tecido industrial da região. Para o concelho de Vila Nova de Famalicão, sublinhe-se, por exemplo, *a Lanifícia do Outeiro*, em Calendário, constituída em 11.5.1942, com o capital já assinalável de 500 contos.

---

<sup>28</sup> Ana Maria Cardoso de Matos, "A real Fábrica de lanifícios de Portalegre (1772-1788), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial - Actas e comunicações*, II vol., Coimbra Editora, 1990, p. 659-679. Elisa Calado Pinheiro, "A Covilhã na rota da lã - Do artesanato à industrialização", *Museu da Indústria Têxtil- Boletim Informativo*, n.ºs 8-9, Julho de 1997, p. 16-28 ( e respectiva bibliografia).

<sup>29</sup> Aurélio Fernando, *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II Volume, Riba d'Ave, 1994, p. 22/23.

### **1.3 - Sedas e veludos**

Mas o que verdadeiramente indiciava nas regiões do Vale do Ave, desde os inícios do século, a ligação crescente ao algodão era a indústria da seda e dos veludos. Se a seda era nos finais do século XVIII uma indústria que parecia prometer um largo futuro, de que as ordens, por parte dos corregedores, de plantação de amoreiras é a melhor ilustração, a variante popular dos seus produtos vai desenvolver-se com a mistura de seda e de algodão para a produção de tecidos finos, desde que em 1811 as duas corporações privilegiadas de fabricantes de seda (de largo e de lavor) são extintas, ao fim de um longo período de actividade de com controlo do respectivo ramo de produção, sendo declarada a liberdade de fabrico. As relações ou inquéritos da Junta do Comércio e depois do Ministério do Reino da primeira metade do século XIX permitem identificar várias "fábricas", ou seja, oficinas com alguns operários que laboram todo o ano em sedas e veludos no eixo Famalicão-Guimarães. Trata-se de uma informação não sistemática, pois alguns dos inquiridores limitam-se a seguir o critério recomendado de só considerarem como fábricas as unidades com mais de 10 unidades, ou, antes de 1834, as que tinham provisão régia. Constitui excepção a essa regra a informação de 1826, que nos refere vários teares em freguesias da comarca de Barcelos (que mais tarde se tornaram famalicenses) como Ruivães, Landim, Carreira, Joane, Requião, Oliveira, embora inculque a ideia de que seriam teares para utilização individual, sem concentração operária. Só em Vermoim Manuel José Carvalho empregava um mestre, explicitando-se ainda o uso de seda e algodão, havendo ainda em Ruivães uma oficina que trabalhava já com 7 teares e outra com quatro. A informação ganha, porém, outro fôlego para o ano de 1845, fornecida que foi já pelo administrador do novo concelho de Vila Nova de Famalicão:

## Inquérito Industrial de 1845 - Concelho de Vila Nova de Famalicão

Freguesia	Qualidade das fábricas	Proprietários	Nº de operários	Estado	Data do estabelecimento
Ruivães	Tecido de seda do estreito	António Machado	6	Decadente	1837
Ruivães	"	Bernardino José de Macedo	6	"	"
Ruivães	"	António Joaquim de Sousa Machado	5	"	1828
Ruivães	"	Domingos José Leite	6	"	"
Ruivães	"	Manuel Joaquim (??)	7	Progressiva	"
Ruivães	"	José Carvalho	6	"	"
Ruivães	"	Bernardo Carneiro de Freitas	5	"	1838
Ruivães	"	Manuel José Alves	8	"	"
Ruivães	"	João Afonso	3	Decadente	"
Pedome	Tecidos de algodão	Francisco de Freitas Guimarães	5	"	1842
Pedome	Atoalhados	Francisco José Alves Salazar	10	"	1844
Landim	Tecidos de seda	António Dias Pereira	5	"	"
Landim	"	Jose Augusto (??)	3	"	"
Landim	"	Manuel do Livramento	2	"	"
Landim	"	Luís dos Santos	2	"	"
Landim	"	Manuel Baptista	1	"	"
Landim	"	Joaquim Eusébio	1	"	"
Seide	Ferreiro	José Joaquim Pereira de Carvalho	5	Progressivo	1827
Fradelos	"	José Gomes Ferreira	1	Decadente	1825
Fradelos	"	Joaquim Gonçalves de Oliveira	1	"	"
Carreira	Tecidos de veludo	Azitário Joaquim de Carvalho	3	"	1840
Carreira	"	José Manuel Manso	3	"	1842
Carreira	"	José de Araújo	1	"	1843
Carreira	"	Manuel Alves Pimenta	1	"	1839
Carreira	"	António Nunes	1	"	1845
Joane	"	Domingos da Silva	3	"	"
Joane	"	José António da Silva	1	"	"

Embora a adjectivação de "decadente" predomine (o que é uma constante em todos os inquéritos industriais), uma das ilações que podemos tirar é já a concentração geográfica deste tipo de actividade a nascente do concelho, no eixo Famalicão-Guimarães, que veio a tornar-se com o tempo a zona de maior densidade fabril. Ora quase todas as unidades referenciadas se dedicam aos tecidos de seda do estreito (com teares de tipo doméstico) ou aos veludos e, embora a explicitação do algodão só ocorra aqui num caso, a sua utilização era indispensável, tal como ocorria nas oficinas

do Porto em 1814, onde a informação foi mais prolixa. Assim, o facto de o inquérito de 1852 só referir duas unidades de linho e algodão, atrás citadas, para o concelho de Famalicão, tal só quer dizer que nenhuma das outras oficinas tinha ainda a dimensão de dez operários. Como se pode observar, foram unidades quase todas criadas depois da guerra civil liberal: quantas terão sobrevivido à conjuntura hostil de 1846-1849, marcada pelas convulsões populares da Maria da Fonte e da Patuleia, qual foi a sua continuidade em termos de genealogia empresarial, são questões que só estudos de micro-análise local poderão revelar.

Pena que, além do inquérito de 1852, também o de 1881 não tenha se refira a estas oficinas de Famalicão, mas este inquérito, muito desigual na sua qualidade, é uma verdadeira lástima para o distrito de Braga, pois os respectivos inquiridores nem sequer passaram por este e outros concelho. No entanto, este inquérito permite-nos ver duas oficinas que deveriam ser do mesmo tipo das espalhadas por Famalicão, mas localizadas em Braga. Repare-se então, por exemplo, na da rua de Santa Margarida, uma oficina de *veludos, damascos de seda e colchas de algodão*: fundada pelos meados do século XIX, tinha três teares manuais *Jacquard*, dois dos quais ocupados com damascos e um com colchas de algodão, manipulados por dois operários, enquanto o dono se ocupava num quarto tear só com veludos; produção aprimorada nos moldes da fabricação doméstica, mas de quantidade reduzida, avaliada em 2 metros de damasco por dia para o trabalho operário, gastando seda e algodão vindos do Porto; já tinha ocupado 7 operários, mas a indústria decaía por vários motivos, sendo um "a concorrência do Porto desde que a linha férrea abriu o mercado de Braga à concorrência daqueles fabricantes", outro "a variação da moda". Como se vê, era uma oficina de tipo doméstico, cuja produção acompanhava de perto as encomendas,

variando o produto, embora a designação remeta preferencialmente para o produto mais qualificado<sup>30</sup>.

Com o decorrer do tempo, a laboração industrial da seda foi perdendo o seu sentido especializado, embora, no Porto, chegasse a ter algumas fábricas de renome, de que se pode citar a secular e famosa Fábrica de Tecidos de Seda António Francisco Nogueira, e durante muito tempo continuou a ser uma indústria prometedora (o Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Cintra escolheu oficinas de seda para escola de trabalho dos seus alunos!). A indústria da seda decaiu, contudo, na segunda metade do século XIX devido a problemas de produção nacional do fio, por via de um parasita, e principalmente incapaz de fazer frente à concorrência vinda de França, ficando reduzida a nossa indústria a pequena produção para certos nichos de mercado. No século XX, a seda artificial propiciou a renovação, mas o inquérito à indústria de tecelagem de seda, realizado em 1941, e publicado no Boletim da Direcção Geral da Indústria (2ª série), mostra, ao procurar-se a produção de seda, que também aparecem grandes unidades caracteristicamente algodoeirias, o que levou o inquiridor a formular cinco tipos característicos de produção, desde as fábricas que produziam seda, seda e mistos, algodão e mistos, algodão e seda, ou só algodão. A seda acabava por estar presente em quase todas as unidades algodoeirias de importância, tanto para produção de tipos específicos de tecido, como para produção de seda temporariamente (em razão provável de falta de algodão), o que revelava uma predisposição das algodoeirias à abertura de outros materiais, que será potenciada mais tarde com a introdução de novas fibras artificiais, de natureza sintética, e das produtoras de seda ao algodão, por falta de procura de tecidos de seda, em cujo mercado restrito, destinado às classes

---

<sup>30</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Comissão Central Directora do Inquérito Industrial - relatório dos delegados nos distritos administrativos de Braga, Viana do Castelo e Aveiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 258-259. Em *O Comércio do Porto*, de 28.10.1881, a notícia referente a esta fábrica, fornecida pela comissão, é mais ampla do que a publicada no Inquérito.

altas, imperava cada vez mais a variedade de estilos com a mudança de estação, obedecendo aos ditames da moda, rotação nada condizente com a natureza monótona da nossa produção industrial. Um exemplo deste mercado restrito para as sedas em exclusivo, no inquérito a que nos vimos referindo, é o da Empresa Nacional de Sedas, de Delfim Ferreira, na Aguda, Arcozelo, criada em 1930, inicialmente com 40 teares destinados a crepes da China, georgettes, sultanas e fantasias, a partir de fio de seda artificial, mas que, em 1935, apesar de edifício próprio, foi transformada numa dependência da fábrica de algodão D. Ferreira, Ltd<sup>a</sup>, sita também em Arcozelo, mas a alguma distância, o que nos mostra o grau de subalternização do produto.

## **2- A indústria algodoeira**

Muitas das naus que, com a ajuda do linho, bolinaram nos oceanos, impulsionadas pelos ventos captados pelas velas de treu, ajudaram, no retorno, a difundir para outras paragens o algodão, conhecido no Mediterrâneo desde os tempos da antiguidade, mas que na Índia tinha encontrado o seu esplendor. Uma fibra que, pela sua natureza, evidenciava, mais do que qualquer outra, potencialidades de fiação e de tecelagem, apesar da complexidade de operações que conduziriam ainda ao produto final. E que os portugueses ajudaram a conhecer nas suas diversas formas, com relevo para a comercialização na Europa dos estampados indianos e para a importação de algodão em rama do Brasil<sup>31</sup> (já, em 1537, D. João III concedia privilégio de indústria de fabrico de panos "com algodão que tanto abunda em Portugal, por chegar das ilhas e do Brasil", a Rui Fernandes, de Lamego, com autorização para mandar vir da Alemanha fiandeiras e tecelões, para o ensino de fiar à

---

<sup>31</sup> Carlos Bastos, *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, 1947.

roda e da tecelagem; em 1565, fala-se num diário de bordo da necessidade de lançar ao mar "fardos de algodão" face a uma tempestade, embora haja notícias anteriores sobre algodão vindo do Levante, como a carta de D. Afonso V, em 1456, sobre direitos de importação pela Alfândega do Porto sobre "cardar para cardar algodão"<sup>32</sup>).

Contudo, será preciso esperar pelo século XVII para se avaliar a riqueza do "ouro branco" e das suas capacidades industriais, tendo os ingleses cumprido esse papel, apreciadores que se tornaram dos exóticos e coloridos panos indianos (*calicoes*), apesar das resistências que, um pouco por todo o lado (sobretudo por parte dos produtores de seda e lã), se viraram contra o seu uso, instituindo-se mesmo proibições de fabrico de algodão, no entanto contrabalançadas pelo fascínio de novidade que o algodão exercia noutros sectores e pelas reais qualidades desta fibra.

## **2.1 - As inovações inglesas**

Na primeira metade do século XVIII, os ingleses, fabricavam já um primeiro tecido misto de linho e algodão - *juline* - que se tornou rapidamente popular, a ponto de se criar "fome de fio", expressão que se vai vulgarizar para exprimir circunstâncias em que a produção de fio não acompanha a tecelagem, seja por falta de matéria-prima, seja por incapacidade técnica da fiação para acompanhar a velocidade de produção da tecelagem.

Ora em 1738 surgiu a lançadeira volante, inventada por John Kay, que introduziu logo outra velocidade no funcionamento dos teares, mas a fiação continuava manual, ainda que fossem conhecidas rodas de fiar de um só fio: a *décalage* técnica só é superada em 1764, quando surge a fiadeira contínua, *spinning-jenny*, de Higgs, já com seis fusos, amplamente melhorada por J. Hargreaves três anos mais tarde (1767),

---

<sup>32</sup> Ernesto Queirós Ribeiro, *O algodão - da colheita à industrialização*, Porto, 1946, p. 252-291.

capaz agora de chegar aos 80 fusos, mas que só produzia fio de trama: uma pequena máquina, ainda de tracção braçal, que podia ser usada na actividade doméstica, de êxito imediato, pois calcula-se que, por 1788, havia cerca de 20.000 *jennies* em Inglaterra. Terá sido ainda Higgs que resolveu o problema do fio de urdidura em algodão, de forma a substituir o linho então usado para esse efeito, ao aplicar à *jenny* cilindros estiradores, sendo necessária já a energia animal ou hidráulica para mover a máquina agora melhorada, a que deu o nome de *water frame*, capaz de produzir um fio duro, em processo *contínuo*. No entanto, esta descoberta, o bastidor ou contínuo, acabou por ser registado e aperfeiçoado por Arkwright em 1768, o qual montou aquela que pode ser considerada a primeira fábrica moderna, em 1771, para a sua aplicação, aí chegando à conclusão da necessidade de dar mais rapidez à cardagem, o que resolveu melhorando tecnicamente os instrumentos já utilizados, acrescentando-lhes uma manivela e um pente, registando em 1775 a patente de uma máquina de cardar por cilindros. O bastidor já exigia muito mais do que a energia braçal, pelo que se tornou uma prática fazer a sua instalação junto aos rios, construindo açudes ou aproveitando antigos moinhos, para usufruir da energia hidráulica. Com o fio macio e frágil da "jenny", abundante na indústria doméstica, e o fio mais grosso e forte produzido no bastidor, era possível urdir e tramar só em algodão, surgindo assim as chitas, panos leves e baratos, que marcaram o salto consumista da primeira revolução industrial.

Entretanto, em 1785, Cartwright registava um tear inteiramente mecânico, aplicando-lhe a energia a vapor em 1787, aumentando assim a capacidade de produção da tecelagem, que, com a generalização e desenvolvimento do equipamento, traz novas exigências de fio. Mas por 1775, já Samuel Crompton começara a desenvolver uma máquina que comportava tanto elementos da *jenny* como do *water*

*frame*, que pelo seu carácter híbrido foi denominada de *mule*, através da qual se produzia um fio fino e forte, próprio tanto para trama como para urdidura, introduzindo um salto qualitativo (e quantitativo) importante na medida em que se passa a poder produzir vários tipos de tecido, combinando os diversos tipos de fios. Neste contexto, o ano de 1785 foi decisivo, porque se extinguiram as patentes de Arkwright. Desde logo, as *mules* tiveram uma expansão imediata, e por outro lado, aplicou-se a energia de vapor às máquinas de fiar, primeiramente logo aos bastidores, depois às *mules*, em 1790.

Graças ao vapor (máquina optimizada em 1767, por James Watt), foi, assim, possível dispensar a energia hidráulica, construindo-se grandes fiações no interior das cidades, e já não apenas junto a quedas de água. No entanto, em termos reais, a opção pela hidráulica continuou muito para além de 1800 em novos projectos industriais, até por questões económicas: fiandeiras ou teares para suportarem aplicações de energia a vapor deveriam ser de ferro (e não de madeira, como eram habitualmente), ora o ferro foi um material raro e caro até cerca de 1850, quando se generalizou o aço se tornou acessível, mas também por razões tecnológicas, pois técnicos capazes de implantarem o vapor não apareceram de repente, devendo sublinhar-se que o desenvolvimento mais científico da tecnologia do vapor é essencialmente de origem francesa e desenvolve-se a partir dos anos de 1830. Por outro lado, as novas máquinas foram sofrendo sucessivos aperfeiçoamentos, tanto no sentido de aperfeiçoar a qualidade do produto como no da sua autonomia em relação ao operário, objectivos dominantes.

Importa referir que a capacidade técnica ampliada da fiação e tecelagem nada representaria se não houvesse algodão em rama de boa qualidade e em grande quantidade. Ora, em 1793, surge nos Estados Unidos (através de Whitney) uma

máquina de descaroçar algodão através de serras, que vai substituir o trabalho manual que se realizava para este efeito, através dos escravos, o que permite ampliar e acelerar a preparação da matéria-prima e contribui decisivamente para o aumento de produção do algodão americano, capaz de responder desde logo à procura das fábricas inglesas<sup>33</sup>.

É, assim, a partir da Inglaterra, ao longo da segunda metade do século XVIII, que vai surgir uma cadeia de inovações (naturalmente assentes em trabalhos anteriores que asseguram a continuidade histórica<sup>34</sup>), que propicia o desenvolvimento de uma nova mentalidade tecnológica, direccionada para a quantidade. Um processo que se desencadeia precisamente a partir da indústria algodoeira. Quaisquer que sejam as razões contextuais mais determinantes - alargamento de mercados, organização/intensificação da divisão do trabalho, ligação ciência/técnica, novas formas de mobilização de capital, que ajudem a explicar a emergência global da industrialização, a verdade é que surge nesta altura uma explosão de inventos técnicos e verificam-se as condições para a sua aplicação e articulação com outras tecnologias já existentes ou em desenvolvimento, de forma a otimizar as potencialidades do mercado mundial em crescimento.

## **2.2 - O surto industrial pombalino**

Entretanto, Portugal não estava longe desta revolução algodoeira<sup>35</sup>, nomeadamente pelo papel de reexportador de algodão que Portugal assumia como entreposto colonial. As nossas "Balanças do Comércio" registam exportação de

---

<sup>33</sup> J. H. Crabtree, *The cotton industry*, Londres, 1922. T.S. Ashton, *A Revolução Industrial*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987.

<sup>34</sup> Samuel Lilley, "El progreso tecnologico y la revolución industrial, 1700-1914", in Carlo M. Cipolla, *Historia Económica de Europa (3)- La revolución industrial*, Barcelona, Ariel, 1983.

algodão em rama pelos portos de Lisboa e Porto para a Inglaterra. Tratava-se, naturalmente, da reexportação do algodão que nos vinha do Brasil e que teve uma procura acrescida na conjuntura da Guerra de Independência dos Estados Unidos: das cerca de 17 mil arrobas de algodão reexportado em 1776, passamos a reexportar cerca de 200-300 mil arrobas entre 1789-1800<sup>36</sup>. Mas não só, embora do ponto de vista industrial, o síndrome do tratado de Methuen (1703), que nos tornou no primeiro caso de estudo da especialização internacional (cedendo os têxteis à Inglaterra, para garantir a exportação de vinho), só tenha sido ultrapassado com a política manufactureira de Pombal, sob a tutela da Junta do Comércio (a partir de 1777, da Junta da Administração das Fábricas do Reino e Obras das Águas Livres).

Desenvolvida sob o signo de privilégios e isenções, a política pombalina procura impulsionar unidades industriais, através da criação de manufacturas privilegiadas que produzissem em quantidade e capazes de exercerem uma acção de substituição de importações, segundo um modelo colbertista. Para além da criação de fábricas do Estado, atraíram-se homens do comércio para a área industrial, recrutando-se especialistas estrangeiros e introduzindo-se alguns maquinismos<sup>37</sup>. Mas das 140 "fábricas" têxteis que então se constituíram, até 1788, apenas 11 diziam respeito explicitamente ao algodão, embora esta matéria se possa vislumbrar na actividade de outras referências - estampanaria e chitas (19) e tinturaria (18) - sendo as restantes distribuídas pelos lanifícios (11), linho (6), seda (19), meias de seda (47) e fios e tecidos de ouro e prata (9)<sup>38</sup>. Em todo o caso, os algodões passam a assumir um peso

---

<sup>35</sup> J. M. Amado Mendes, A indústria portuguesa no século XIX, *Prelo*, 7, Abril-Junho 1985, p.23-32. Idem, "Sobre as relações entre a indústria portuguesa e estrangeira no século XIX", *Análise Social*, 61-62, 1980, p.31-66.

<sup>36</sup> Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Querco, 1982, p. 199.

<sup>37</sup> Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Querco, 1982, p. 199.

<sup>38</sup> Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, p. 58-63.

importante no comércio colonial português, não só na importação/reexportação desta fibra, como ainda na importação de pano crú e sua exportação já como tecido estampado. Com efeito, desenvolveu-se de uma forma mais ampla em Portugal, ao longo do último quartel do século XVIII, o segmento da estampanaria, que utilizava o pano crú importado da Índia para depois vender no mercado interno ou exportar para o Brasil e Espanha esses produtos novos, leves e coloridos, substitutos populares das sedas elitistas. Tratou-se, como mostrou Jorge Pedreira, da percepção eficaz dos negociantes que viram neste segmento industrial em que investiram a possibilidade de lucros mais avultados e rápidos do que se desenvolvessem a linha verticalizadora, abdicando dos sectores de base (fiação e tecelagem), mesmo quando para isso tinham solicitado privilégio. Assim, se explica a concentração histórica da estampanaria na região de Lisboa (na zona ribeirinha do Tejo e nas ribeiras afluentes), bem como a forte implicação de homens ligado ao comércio no investimento necessário e a sua capacidade de pressão junto do poder central ao nível das discussões de privilégios e, mais tarde, das pautas alfandegárias, aspecto este que se fez sentir ao longo do século XIX<sup>39</sup>.

Sendo o algodão um produto colonial, a sua indústria vai localizar-se relativamente perto dos locais de desembarque das importações, ou em pontos de fácil transporte posterior, numa localização associada naturalmente a outros factores, sendo as correntes de água decisivas, quer para a estampanaria, dada a indispensabilidade de água, como para a fiação, já que o estabelecimento industrial deste segmento esteve desde o início ligado à utilização da energia hidráulica, visando a utilização dos primeiros mecanismos. Numa primeira fase, para além das importações de pano crú da Índia (mais tarde de Inglaterra), as manufacturas privilegiadas, em conjunturas

---

<sup>39</sup> Ver Jorge Miguel Viana Pedreira, "Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880", *Análise Social*, XXVI (112-113), 1991 (3º-4º), p.537-559.

comerciais mais desfavoráveis, terão estendido ao regime domiciliário determinados segmentos da produção, como a fiação e a tecelagem, reservando sempre para si as operações preparatórias e os acabamentos, como era o caso do branqueamento e da estampagem, até pelas exigências técnicas envolvidas. Mas na região Norte, particularmente no distrito do Porto, onde na barra do Douro estava sediada a única alfândega para desembarque de mercadorias, as manufacturas privilegiadas foram escassas, embora a barra do Douro fosse uma plataforma importante na importação do algodão e da sua reexportação, e, assim sendo, não se verificou aqui o investimento elevado que produziu em Lisboa as primeiras formas de concentração fabril, continuando a predominar as oficinas no domínio têxtil.

Assim, as manufacturas privilegiadas de chitas, num total de 16, estabeleceram-se maioritariamente no Sul (Lisboa, Sintra, Alenquer, Setubal, Azeitão, Cascais) e apenas três no Porto, segundo a *Relação de Fábricas de 1788*, concessões sobre as quais sabemos muito pouco:

- a de Martinho José de Araújo & C<sup>a</sup>, por resolução de 1.5.1784, determinação pela qual todas as fábricas de estampania e de algodões passavam a ter privilégios iguais aos concedidos à Fábrica de Azeitão;
- a de José de Magalhães, António José e Estácio Brandão e Francisco Gomes Velho de Azevedo, por licença de 25.1.1786
- a João José Luís de Abreu & C<sup>a</sup>, por licença de 7.5.1787

Na rubrica de tecidos de algodão, entre as várias manufacturas, a maioria concedidas a estrangeiros (Locatelli, Rouillon, MacCormick, Alles, Suabe, etc), não há nenhuma para o Norte, com a excepção de uma de João Baptista Locatelli para Aveiro, que se poderá considerar a primeira manufactura de algodão em Portugal, depois de em 1769 ter obtido privilégio no sentido de ensinar a cardar e fiar o algodão

e de fundar fábricas<sup>40</sup>. Surgem, entretanto, duas concessões para fábricas de tecidos de lã para o Porto - a de Domingos Martins Gonçalves & C<sup>a</sup>, e a José Ferreira Pinto, por licenças da Junta de Comércio, e uma para Penafiel (Manuel de Bessa, por aviso de 17.10.1785). Registe-se ainda uma fábrica de lonas para Domingos Ferreira da Silva Guimarães (resolução de 20.2.1781)<sup>41</sup>. Já numerosas são as autorizações para estabelecimentos de tecidos de seda do estreito, âmbito de produção tipicamente adequado à actividade doméstica, sabendo-se que muitos pediriam privilégio para seda, dadas as facilidades estatuídas na legislação, mas depois nada os impedia de trabalharem os fios de lã, de linho ou algodão, fazendo-o muitas vezes tanto mais quanto se desenvolveu uma tecnologia espontânea de tecidos mistos como forma de responder à conjugação da procura-preços-materiais disponíveis.

Entretanto, uma questão se coloca: qual o ritmo com que acompanhamos o processo de aceleração histórica, conhecido por revolução industrial, no seio das nossas manufacturas e oficinas? Como se processou aqui a passagem da manufactura à maquinofactura? A palavra mais adequada a esta questão todos a conhecem: atraso. Não fomos únicos, nem originais. A Inglaterra ganhou a liderança, avançou e poucos países lhe seguiram no encalço: França, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica. De resto, pode mesmo considerar-se que Portugal conheceu relativamente cedo os principais inventos da indústria algodoeira: a *spining jenny* foi adoptada em 1784 em Azeitão<sup>42</sup>, em 1795 já havia várias *jennies* a trabalhar em diversas fábricas, tal como se introduzia a *mule-jenny* em Alcobaça, bem como o *water-frame* na Fábrica de Fiação de Tomar. Mas nos inícios do século XIX muitas das fiações de algodão do sul encerram, incapazes de suportar a concorrência do fio, com a excepção da Fábrica de

---

<sup>40</sup> Inês Amorim, *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814) - estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC, 1997, p. 471-487.

<sup>41</sup> Luís Fernando de Carvalho Dias, *A Relação de Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955.

Tomar, onde "quanto a urdidura, somente na Fabrica de Thomar he que ella se fabrica e com tanta perfeição, que até os mesmos fabricantes de tecidos a preferem à urdidura que, em avultadas quantidades, e por preços muito mais commodos, tem vindo, e continuamente vem de Inglaterra a Portugal"<sup>43</sup>. Como salienta Jorge Pedreira, de nada valeu a cronologia que nos colocou à frente de alguns países europeus em termos de fiação mecânica, pois "as inovações não se difundiam, permaneciam enquistadas", não impondo qualquer ritmo de desenvolvimento, revelando a impermeabilidade da estrutura industrial ao progresso técnico<sup>44</sup>, para o que contribuía factores tão diversos, como a falta de disseminação de cultura científica, debilidade de capitais ou factores mais prosaicos, como a dificuldade de transporte em boas condições dos aparelhos ingleses que teriam de seguir uma via clandestina dado o ambiente de protecção e de proibição de saída de Inglaterra dos principais inventos técnicos nos tempos iniciais da revolução industrial. Torna-se aqui particularmente operativo o conceito de "fricções técnicas", sugerido por Nuno Madureira, apelando para uma leitura qualitativa das técnicas e da sua difusão, procurando perceber as suas repercussões duradouras na produtividade, tendo em conta a natureza discreta e descontínua das operações industriais e os desequilíbrios operados no processo produtivo<sup>45</sup>. É de facto, a existência de fricções técnicas ao nível da fiação nos finais do século XVIII que explica a adopção da tecnologia de tecidos mistos: os fios de algodão produzidos pela fiação manual são demasiado frágeis e não resistem à pressão do batente do tear, daí que os primeiros grandes fabricantes manufactureiros

---

<sup>42</sup> Nuno Luís Madureira, *Mercados e Privilégios – A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 152.

<sup>43</sup> Timotheo Lecussan Verdier, *Memória sobre as fiações d'algodão actualmente estabelecidas em Portugal, e sobre os obstaculos que impedem o s seus progressos, e que provocão a sua ruína & C.*, in Manuel da Silva Guimarães, *História de uma Fábrica - A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, Junta Distrital, 1976, p.220-235.

<sup>44</sup> Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, p. 237-239.

da década de 1770 (Locatelli, em Aveiro, Fábrica de Alcobaça, Azeitão) façam urdiduras de linho e tramas de algodão como forma de contornar o problema, recorrendo a largos núcleos de mulheres para a fiação manual, afinal como se fizera em Inglaterra numa fase pouco anterior. Resultado: elevação de custos do fio, impossibilidade de produzir tecidos finos, predominando as chitas grossas, cambraias e fustões. A expansão da indústria de tecelagem está assim limitada pela produção de fio, que não acompanha o ritmo das inovações técnicas nos teares. Só com a introdução das spinning-jenny's, ao longo das décadas de 80 e 90, a indústria consegue criar as suas próprias fiações (Fábricas de Azeitão, Torres Novas, Laranjeiras em Lisboa, Clamouse Brown no Porto, Abrantes, Coimbra, Campo Grande em Lisboa), conseguindo um fio para fabricar tramas, tradicionalmente produzido nas fiações manuais, mas continuando a faltar fio de algodão apropriado para urdidura. Ora a produção deste fio só seria possível, ao nível mecanizado, através dos novos mecanismos – *mulle*, de Samuel Crompton ou a *water-frame* de Richard Arkwright, que utilizavam como energia a força animal ou hidráulica, e depois o vapor, mas que exigiam uma determinada complexidade arquitectónica dos edifícios, com custos elevados. Daí que a maioria destas tecelagens (com excepção da Fábrica de Alcobaça que insiste na complementaridade) evoluíssem para a estampanaria, desistindo de fiar e de tecer e importando pano crú de Inglaterra. O desaparecimento genérico das fiações, gera a rarefacção de fio, surgindo novas oportunidades de mercado, sobretudo se houver um "privilégio" real para promover certas iniciativas, ou a sua promessa, conjuntura que explica a criação da Fábrica de Fiação de Tomar (de Jácome Ratton e Timotheo Verdier), a partir de uma fábrica já existente de teares

---

<sup>45</sup> Nuno Luís Madureira, *Mercados e Privilégios – A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.148-150.

de meia e de malha, e que parece constituir um interessante caso de genuína e estratégia transferência de tecnologia inglesa<sup>46</sup>.

No norte, a única grande fábrica algodoeira do período setecentista foi a Real Fábrica de Fiação, Tecidos, Estamparia e Curtumes, de Bernardo Clamouse Brown & Companhia, na zona de Vilar (Porto), que se apresentava como uma unidade de feição verticalizante, tendo dimensões razoáveis para a época. É de tradição que funcionou como escola local para trabalhadores que depois partiram para pequenos estabelecimentos próprios, sobretudo a partir do momento em que a fábrica começou a dar sinais de enfraquecimento, tendo reconvertido as instalações para uma fábrica de curtumes. Enfraquecimento que terá sido devido à importação de panos ingleses, e particularmente de fio inglês, que ajudaram à deterioração das condições de mercado, pela emergência de pequenas fábricas e oficinas que começaram a polvilhar o Porto produzindo tecidos de algodão. Para isto terá contribuído a reconversão dos tradicionais teares de seda, de lã e de linho espalhados pela Cidade e arredores ao uso do algodão. Normalmente dada como extinta após as invasões na componente têxtil, os proprietários desta fábrica declaram ao inquérito de 1814 a cessão da laboração nessa componente devido ao Tratado de Comércio com a Inglaterra, que provocara a introdução de fazendas inglesas, o que lhes teria causado grandes prejuízos face aos investimentos. No entanto, como a situação geral melhorava, já mandavam para o Brasil algumas "carregações" de forma a minorar os prejuízos, e no mesmo sentido tinham erguido a fábrica de curtumes para aproveitar o local e "parte dos Edifícios e Oficinas". É curioso verificar que em 1820 a fábrica de Clamouse seja dada ainda como exemplo de unidade de chitas que, além da estamparia, tinha "engenho de fiar"

---

<sup>46</sup> Manuel da Silva Guimarães, *História de uma Fábrica - A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, Junta Distrital, 1976. E, sobretudo, Jorge Custódio e Luísa Santos, "A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a 1ª geração europeia e americana de fábricas hidráulicas", *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial - Actas e comunicações*, II vol., Coimbra Editora, 1990, p. 538-657.

que "trabalha actualmente, segundo as notícias" e ainda "cento e tantos teares", segundo se diz numa memória oferecida às Cortes de 1821-22, onde se defendia a necessidade de verticalização das fábricas de chitas, mostrando as vantagens patriótica e económica, do ponto de vista do autor, de criar trabalho e poupar nas importações, nacionalizando o fabrico de tecidos brancos. Deviam para isso tais fábricas terem engenhos de fiar e teares em número proporcional ao volume de fazenda que fabricam, e não se limitarem à tinturaria<sup>47</sup>. Afinal, extinta ou suspensa com posterior reactivação a fábrica de Clamouse? Tudo indica que a extinção da fábrica nada teve a ver com as invasões, mas foi abalada com a conjuntura comercial posterior da altura, mas continuou a produzir, ainda que fortemente abalada, encerrando em altura ainda por esclarecer.

Sabe-se, entretanto, como foi atribulada a sorte das manufacturas privilegiadas em geral, algumas das quais nem chegaram a sair do papel! E como foi difícil sobreviverem quer às turbulências criadas com as invasões francesas, quer com os "ominosos" tratados de 1808 e 1810 e as respectivas aberturas dos portos brasileiros e portugueses à Inglaterra. Mas de entre todas essas manufacturas, na área do algodão, merece especial a Real Fábrica de Fiação de Tomar, criada em 1789, por Jácome Ratton e Thimotheo Verdier, que se veio a tornar numa grande fábrica moderna, a primeira e a maior fiação, passando em 1875 a dedicar-se também à tecelagem. Depois do incêndio de 1883, adquiriu equipamento do mais actualizado da altura e, embora com sobressaltos económicos e de gestão, chegou até aos nossos dias<sup>48</sup>. Em todo o caso, a partir do clima protector, de raiz pombalina, ficaram alguns estabelecimentos que acabaram por retomar a actividade, embora em novos moldes

---

<sup>47</sup> Miriam Halpern Pereira, *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822 - Negociantes, fabricantes e artesãos - entre velhas e novas instituições*, Lisboa, João Sá da Costa, 1992, p. 514-520.

depois da instauração plena do liberalismo em 1834. E, sobretudo, ficou o mito de uma protecção que se recuperará ao longo do século XIX, na produção de novos discursos proteccionistas.

### 2.3 - Do Porto ao Vale do Ave

No Porto, entretanto, o algodão tinha-se disseminado pelas oficinas e pelos domicílios, na imagem típica do *verlagsystem* já apontada para o linho, em que alguns negociantes compravam a matéria-prima e a distribuía para a sua transformação (fiação e tecelagem), umas vezes por conta dos trabalhadores caseiros que depois lhes revendiam o produto, outras vezes pagando apenas o serviço e fornecendo ainda os teares. Trata-se de adoptar nova matéria-prima, mantendo os velhos métodos. Para esta rápida disseminação parece ter contribuído a reconversão das oficinas de tecelagem da seda, para autores como J. Pedreira ou N. Madureira<sup>49</sup>, as quais estariam em crise por 1815, mas por esta altura já existiam várias unidades vocacionadas exclusivamente para o algodão.

Um bom exemplo, é a fábrica de Jacinto da Silva Pereira, um antigo aprendiz e operário da Fábrica de Clamouse Brown e natural de Ovar, que dá início a fabrico próprio em 1807, na rua do Priorado, em Cedofeita, e que segundo vistorias para efeitos de isenção fiscal, já tinha fiação (incluindo 4 *mules*), tecelagem e tinturaria, dando trabalho a 48 operários, e possuía 19 teares, sendo dois para seda e os restantes para algodão. É possível que a sua instalação tenha evoluído da seda para o algodão, mas esta polivalência das pequenas fábricas na produção de tecidos de diverso tipo, bem como na de tecidos mistos, parece ser uma estratégia fundamental para

---

<sup>48</sup> Manuel da Silva Guimarães, *História de uma Fábrica - A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, Junta Distrital, 1976.

ultrapassar as crises derivadas de flutuações de preços e das “fricções técnicas”: o inquérito de 1814 revela dezenas de pequenas fábricas e oficinas, bem como de teares domésticos, que surgem como produtoras tanto de seda, como de algodão, de linho ou de lã, apesar de referenciadas apenas como "fábricas de tecidos de seda". Inevitavelmente, a especialização tendencial surge com o favor do mercado, que a história apontou para o algodão, depois consolidada com o inevitável apetrechamento técnico que por si só também apontava para uma adequação especializada, mas quando o algodão falhar, volta-se a recorrer a velhos produtos como o linho, tal como alguns tecelões explicam no inquérito industrial de 1865.

O inquérito de 1814 relativamente ao Porto, de que representa um queixume unísono contra a situação do mercado invadido pelas fazendas inglesas, quantifica em 7 as fábricas de algodão da Cidade. A maior era a do Jacinto, em Cedofeita, valendo a pena sublinhar ainda a de Rosa Silva, na praia de Miragaia, estabelecida com provisão de 1.9.1807, em que a proprietária era um caso raro de capitalista no feminino, pois trazia navios na carreira do Brasil, que administrava pessoalmente, e tinha ainda participações noutras fábricas do género que não discrimina, fazendo todos os cálculos e esforços para tentar conservar a sua fábrica, com os seus engenhos de fiação, vinte teares e mecanismos de estampanaria. Para além destas 7, são ainda referenciadas em sumário 3 de baetinhas de lã e algodão e 1 de meias de seda e algodão, num total de 102 referências a unidades que podemos considerar têxteis. Mas se ultrapassarmos as classificações apresentadas e observarmos as matérias referidas como utilizadas, vemos ainda o algodão, pelo menos, em 1 das 2 fábricas de lãs, em 48 das 68 de tecidos de seda do largo, em 8 das 20 de tecidos de seda do estreito, ou seja, em vez de 10% de fábricas que utilizam algodão, temos pelo menos 65% ou

---

<sup>49</sup> Nuno Luís Madureira, *Mercado e Privilégios - A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Estampa, 1997, p.360.

provavelmente mais, pois tudo leva a supor que outras o utilizassem embora o não referissem, dado o tipo de panos apresentados como nelas produzidos.

Estas oficinas aparecem e desaparecem, mas algumas prolongam a sua vida e tornam-se fábricas paradigmáticas na paisagem têxtil. Entretanto, as fábricas multiplicam-se no Porto e a grande maioria está já vocacionada para o algodão. Para explicar esta situação, muito se invocava na altura o efeito protector da pauta proteccionista de 1837, a que se deve associar, a nosso ver, a pacificação política entretanto conseguida, depois da guerra civil que terminou em 1834, bem como o clima industrialista da fase cabralista, apontando para uma política de melhoramentos materiais e para a adopção de políticas que reconheciam o lucro como mobil da actividade económica. Com efeito, é entre 1845 e 1849, que as fábricas têxteis do Porto dão um salto na sua ampliação, o que vai de encontro às possibilidades de concentração, maiores possibilidades de racionalização do trabalho e de apetrechamento técnico: a fábrica do Jacinto, que em 1845 tinha 120 operários, salta para os 405 em 1848, dos quais 150 eram mulheres, para além de explorar o trabalho domiciliário de fiação e tecelagem em larga escala. A Fábrica de Manuel Joaquim Machado, criada em 1811, com 118 operários em 1845, salta para 437, dos quais 237 eram mulheres. É neste período que as mulheres fazem a sua entrada em força nas fábricas têxteis, potenciando-se a produtividade de uma mão-de-obra que antes era essencialmente domiciliária e que agora era possível submeter à "disciplina" fabril. Com efeito, se as mulheres sempre estiveram presentes, ainda que em escala reduzida nas fábricas, mas em larga escala no trabalho domiciliário que as fábricas promoviam, distribuindo não só o algodão para fiar, como fio para tecer, agora dá-se a entrada "em massa" das mulheres para as fábricas, bem como a de crianças: no conjunto das fábricas de algodão do Porto, em 1849, as mulheres e as crianças quase triplicavam a

mão-de-obra-masculina adulta. Se atentarmos no facto de uma operária ganhar um salário idêntico ao de um aprendiz (60 a 100 réis) e que isso representava cerca de um terço dos salários mínimos dos homens (200 a 400 réis), percebemos facilmente a razão do crescimento extensivo das fábricas portuenses, embora a conjuntura de nova guerra civil – a da Patuleia, em 1846, tenha criado a conjuntura propícia para chamar as mulheres para substituírem os operários envolvidos nas mobilizações militares, operários que em regra se opunham a esta contratação de mão-de-obra barata, como se opunham à instalação de máquinas.

Entretanto, a complexidade das operações favoreceu nesta fase da indústria algodeira a permanência da segmentação já típica da fase manufactureira, havendo fábricas que só fiavam (Tomar), outras que só teciam (a maioria), outras que se dedicaram tendencial ou exclusivamente à estampanaria, raras sendo as que apontavam para a verticalização. Mesmo algumas fábricas portuenses que tentaram a estampanaria (que muitas vezes se limitava a tinturaria) acabavam por negligenciar este segmento. Daí que a estampanaria se tornasse durante muito tempo uma expressão de interesses essencialmente centrados em torno de Lisboa, enquanto no Norte predominava a fiação e a tecelagem, principalmente a segunda, já que a fiação era uma tarefa quase sempre entregue à actividade doméstica feminina, embora algumas fábricas tivessem já os seus aparelhos de fiar para abastecimento próprio, e se recorresse ainda à importação de fio inglês. Neste contexto se insere a guerra que se desenvolveu ao longo do século XIX sobre os panos-crus que as estampanarias procuravam importar de Inglaterra, a que atribuíam melhor qualidade, procurando evitar que recaíssem sobre este produto direitos proteccionistas elevados e descurando com isso a produção nacional de pano-cru, com o argumento da incapacidade técnica, mas para o qual não havia realmente protecção satisfatória, facto que os tecelões nortenhos não se

cansavam de denunciar. Com efeito, com a reformulação pautal de 1852, os direitos sobre os panos crus eram menores do que sobre o fio de algodão, o que favorece objectivamente a desarticulação do processo produtivo e cria dificuldades inultrapassáveis à tecelagem nortenha<sup>50</sup>.

Esta desarticulação entre os segmentos produtivos na têxtil ajuda a compreender que alguns dos factores determinantes na localização geográfica das fábricas oitocentistas tenham sido os do trabalho: as regiões com mão-de-obra numerosa e por isso barata, sem oportunidades industriais alternativas para o mercado de trabalho, tinham mais possibilidade de vir a dominar o mercado têxtil dos segmentos primários, muito apertados pela concorrência. Assim se explica a preponderância do Norte em relação à fiação e tecelagem do Sul, bem como a persistência aqui da estamparia, dado que esta exigia pessoal mais qualificado, pelas novas técnicas químicas dos inícios do século XIX, desenvolvidas a partir de França. Assim se explicará também, nos finais do século XIX, a transferência da indústria do algodão do Porto para o vale do Ave, sendo sabido que as fiações tiveram aqui uma entrada mais precoce do que as fábricas de tecelagem.

Embora algumas fábricas tivessem as suas fiações próprias e, sobretudo, incentivassem a produção domiciliária de fio de algodão, a expansão das fábricas de tecelagem foi de tal monta que gerou “fome de fio”, pois a produção nacional não acompanhava o crescimento da tecelagem, aumentando as importações de fio inglês. Neste contexto, não admira que surgissem iniciativas para produção mecanizada de fio. Em 1845 surgiram dois projectos para instalação de fiações que procuram explorar a situação de mercado existente: a) o da parceria da Fiação Rio Vizela, liderado por Eugene Cauchoux, um francês que parece ter trabalhado na casa Ratton e

---

<sup>50</sup> Miriam Halpern Pereira, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Presença, 1994, 158-159

que procurou o apoio de grandes e pequenos industriais de tecelagem do Porto (com relevo para Manuel Joaquim Machado, dono da maior fábrica têxtil do Porto, e para António José Cabral, que virá mais tarde a assumir a responsabilidade da empresa), começando logo a instalar aquela que viria a ser durante muito tempo a maior empresa têxtil do vale do Ave, sediada em Negrelos, nas margens do rio Vizela; b) um projecto de sociedade por acções, liderado por Eduardo Moser, que pretendia instalar uma fiação em Crestuma, a qual só se concretizou bastante mais tarde (em 1856, junto ao rio Ima) e em condições diferentes das previstas inicialmente<sup>51</sup>. São iniciativas que partiam de um pressuposto, o da mecanização utilizando energia hidráulica, por isso procuram instalar-se junto de cursos de água onde possam construir ou reaproveitar os açudes e canalizações indispensáveis, recorrendo assim ao processo mais primitivo, embora eficaz, do ponto de vista energético, que continuava a ser seguido noutros países, pois a tecnologia do vapor ainda balbuciava em Portugal e o seu custo não era compatível com os empreendimentos desta natureza, mas quando as máquinas a vapor se tornam mais acessíveis e constituem alternativa coloca-se, para o caso português, o problema do abastecimento do carvão, dado os recursos nacionais serem fracos, pouco explorados e de baixa qualidade calórica e haver necessidade de recurso à importação, com os inevitáveis custos de transporte a onerarem a factura<sup>52</sup>.

O recurso à energia hidráulica vai ser seguido por outras fiações que, mais tarde, começam a aparecer, dispersas na geografia nortenha: a da Balsa, em Valongo, junto ao rio Ferreira (1860); a Fiação do Bogio, em Fafe (1873); a Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão da Companhia Rio Ave, em Retorta, Vila do Conde, nas margens

---

<sup>51</sup> Jorge Fernandes Alves e Silvestre Lacerda, "Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens", *O Tripeiro*, 1996, 1-2, p.41-46, e 3, p. 84-88.

do Ave. Algumas palavras para esta fábrica que partiu da iniciativa do Banco do Porto, que se tornou o accionista da Companhia Industrial e Agrícola Portuense, criada em 1875, a qual deveria montar várias indústrias, começando por uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão e de linho e uma moagem, partindo com o capital de 300 contos, mas que a crise financeira de 1876 impediu de subscrever na totalidade em 1875, quando já estava em construção. O projecto inicial foi revisto, reduzidas as construções e equipamento a um terço do previsto, o capital reduzido a 150 contos, iniciando-se a tecelagem em 1878, apenas com 8 teares para a produção de pano cru, com a ajuda de uma pequena máquina a vapor de dez cavalos. Foi nesse ano que a empresa apresentou um estudo interessante no qual mostra que a energia hidráulica surgia como uma solução mais barata na continuidade<sup>53</sup>. Em 1880, os teares eram 27 e introduziu-se uma roda hidráulica, ficando a máquina a vapor para as estiagens, comportamento genérico nas fábricas deste tipo, em que a máquina a vapor era um elemento de reserva. Em 1887, face aos prejuízos frequentes, foi reorganizada avançando então para uma unidade vertical (fiação, torcedura, tecelagem, branqueação e tinturaria de algodão), surgindo a Companhia do Rio Ave, por extinção da anterior, com nova subscrição de acções que repôs o capital nos 300 contos, começando a solidificar-se por 1893. Eis uma fiação que não passou inicialmente do projecto, limitando-se durante a primeira fase à tecelagem, para só depois de 1888 se dedicar à fiação<sup>54</sup>, vindo embora a constituir mais tarde uma empresa modelar.

Mas, geograficamente, a iniciativa empresarial chegou ainda mais longe: em 1874 começou a construir-se a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, por

---

<sup>52</sup> José Manuel Lopes Cordeiro, *Indústria e energia na bacia do Ave (1845-1959)*, Braga, universidade do Minho, 1993, p. 55-56. Idorindo Rocha, *O carvão numa economia nacional - O caso das minas do Pejão*, Porto, FLUP, 1997.

<sup>53</sup> José Manuel Lopes Cordeiro, *Indústria e energia na bacia do Ave (1845-1959)*, Braga, Universidade do Minho, 1993, p. 55-56.

<sup>54</sup> Luiz Firmino d'Oliveira, *Memória da Companhia "Rio Ave"*, Porto, 1908.

iniciativa do "brasileiro" Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, o qual, no ano seguinte redimensiona o seu objectivo, criando uma sociedade anónima com um capital de 200 contos, arrancando a laboração em 1878, com 27 fusos e 220 teares, fábrica que veio gradualmente a atingir grande dimensão.

Numa outra linha modernizadora, surge então o equipamento a vapor para o para as fiações portuenses (quando já havia algumas noutros sectores industriais)<sup>55</sup>. A iniciativa começa com Jacinto da Silva Pereira, que em 1850 instala uma máquina a vapor na sua fiação ampliada da fábrica de Asneiros, em Cedofeita. Só mais tarde surgem novas fiações equipadas a vapor: a de Montebelo, da Companhia Fiação Portuense, criada em 1863, com um capital de 200 contos de réis; mais tarde, surgiu outra ainda em Montebello, da Companhia de Fiação e Tecidos do Porto, em 1875; em 1873, começou a gizar-se a Parceria Fábrica de Fiação a Vapor de Salgueiros, depois também, e gradualmente, tecelagem e tinturaria, tendo recebido a máquina de estampar em 1883. A Fábrica de Salgueiros foi a única que, na altura, construiu, entre 1875-1879, um complexo de casas - 47 - para os seus trabalhadores, nos terrenos da quinta em que se situava, para o que contraiu um empréstimo de 100 contos de réis, iniciando uma atitude de preocupação social e de atracção de trabalhadores que no século seguinte será comum nas principais fábricas, a designada "obra social", em que o bairro operário com boas condições, destinado aos "bons trabalhadores" se tornou imagem de marca do paternalismo industrial da região, obra que aqui já incluía outras valências como creche, cantina, caixa de socorros e uma escola. A Parceria foi transformada em sociedade anónima em 1885, com a firma Companhia Fabril de Salgueiros<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> David Justino, *A Formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, I Vol., Lisboa, Vega, 1988, p. 97

<sup>56</sup> Carlos Bastos, *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, 1947.

Conhecem-se notícias das grandes dificuldades que as primeiras fiações atravessaram: quer por problemas da concorrência estrangeira no abastecimento de fio que, afinal, já tinha arruinado iniciativas idênticas ao nível de manufacturas privilegiadas do período pombalino, quer por problemas inerentes à mobilização social em torno do espírito de empresa como sociedade congregadora do espírito e interesses colectivos, numa região onde afinal sempre predominara o empresário de tipo individual: a Fiação do Rio Vizela é um bom exemplo, com Eugéne Cauchoix a arrastar verdadeiramente os seus sócios e a dar todas as garantias possíveis, responsabilizando-se pela instalação dos mecanismos e sua manutenção futura, qualidade do fio a produzir e recompensa do capital, de tal forma que a escritura oficial só se realizou quase seis meses após o compromisso apenas escrito inicial, ou seja, quando a fábrica já surgia como facto irreversível. E a dificuldade de Eduardo Moser em organizar, na mesma altura, uma sociedade por acções para a Fiação de Crestuma fala por si. Só algumas décadas depois o espírito empresarial vai finalmente funcionar, mas para isso foi decisivo o exemplo da Fiação do Rio Vizela que, face a outra conjuntura de fome de fio – os anos 60 e a escassez de algodão por virtude da guerra da Secessão nos Estados Unidos - pôde apresentar resultados confortáveis, ampliar as suas capacidades financeiras e dar importantes saltos qualitativos na sua organização produtiva, com a renovação estatutária de 1871 a alargar a actividade à torcedura, tinturaria e tecelagem, procurando o efeito verticalizador (em 1889, já declarava 200 teares, o que, pelos números pouco seguros do inquérito, a fazia surgir como a maior tecelagem do distrito, para além das 308 máquinas de fiação com 25000 fusos)<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial*, vol. IV, Lisboa, 1891. P.622

O novo enquadramento institucional das sociedades por acções, com a lei das sociedades anónimas de 1867, facilitando a constituição deste tipo de empresas e diminuindo em consequência os riscos das participações empresariais, não é aqui despidendo, bem como o novo quadro internacional, em que, como já se referiu a Inglaterra cede nas fiações, permitindo o acesso de outros países a este mercado, pelo menos para consumos nacionais numa primeira fase. Este “boom” de fiações, num quadro em que por 1881 a Fiação do Rio Vizela, produzia só por si um terço da produção nacional de fio, gera de novo excesso de oferta, defendendo-se no inquérito dessa época que só havia condições de progresso para aquelas fiações que seguissem uma via verticalizadora, isto é, as que assumiam a tecelagem da sua produção de fio e dessa forma conseguiam economias de escala, sobretudo na produção de panos de consumo popular – cotins, baetas, fazendas aveludadas, pois no domínio do pano crú as estamparias continuavam a preferir o produto estrangeiro, e o diferencial preço/qualidade não deixava margem de manobra para as fábricas portuguesas.

Só com a verticalização, integrando as diversas fases de fabrico, as novas e grandes fábricas têxteis teriam algumas hipóteses de concorrer com as fábricas de tecelagem mais antigas que, pelos finais do século XIX, continuavam a alimentar uma extensa produção domiciliária. O inquérito industrial de 1881 revela-nos haver ainda fabricantes que nem sequer tinham fábrica, ou seja, teares em estabelecimento próprio, vivendo do “putting-out”, detendo apenas pequenas oficinas de produção limitada ou tinturarias para acabamentos. O exemplo mais vivo era a fábrica de Asneiros, com fiação própria, de Pereira de Magalhães, célebre panfletário pelo proteccionismo, que, dando continuidade à fábrica de Jacinto da Silva Pereira (de quem era filho), tinha por essa altura 229 teares manuais colocados fora, em casas e oficinas, fornecendo fio e pagando a feitiço, além de cerca de 800 teares cujos donos

lhe compravam fio e lhe vendiam depois o tecido, recebendo parte em fio, parte em dinheiro. Esta situação, típica das fábricas têxteis portuenses, explica que determinadas zonas da cidade, como a do Bonfim, se caracterizassem pelo ruído característico dos teares, em que cada casa era uma oficina de vão-de-escada, onde a família do tecelão (pai, mãe, filhos) se dedica toda à tecelagem: uns tecem, outros enchem as canelas, outros fiam e dobam, numa intensificação do trabalho familiar levada ao extremo, pois quanto mais produzir a família mais ganha, com a outra face da moeda, quanto mais produzir mais avilta os preços, numa disputa de trabalho pela baixa de preços. Estas práticas ganharam um efeito de propagação com a crise agrícola (baixa de preços dos cereais, quebra na exportação de gado), alargando-se ao campo, ganhando novos braços para a tecelagem, ao mesmo tempo que as práticas tradicionais de trabalho da lã e de linho são reorientadas para o algodão, na busca de ganhos complementares aos da agricultura.

Este modelo, que afinal já era uma prática enraizada na zona do Vale do Ave em termos de produção de linho, ganha aqui um campo fácil de aplicação. As oficinas com teares de tecidos tradicionais (seda do estreito, baetas) são os primeiros a aderirem ao algodão, que começam por utilizar como fio complementar, na técnica de tecidos mistos, para depois o utilizarem quase em exclusivo, estendendo-se depois a prática aos tecelões de linho. Pelos finais do século XIX, há autores que nos dão imagens do eixo Famalicão-Guimarães idênticas às do Bonfim portuense, ou seja, referem a população dessas localidades como praticando intensamente a tecelagem, raro sendo a casa que constitua excepção. Este fenómeno ter-se-á desenvolvido bastante com a instalação das fiações de algodão na região (Rio Vizela, Bogio), cuja produção abundante estimulou os antigos mercadores do linho a comprarem fio de algodão para mandarem tecer por conta, como aconteceu com vários mercadores-

fabricantes de Guimarães e de Braga, que a partir das suas pequenas unidades, ou simplesmente das suas lojas de comércio, compravam e distribuíam a produção.

Por outro lado, chegam lá os acenos dos fabricantes-mercadores do Porto, à medida que se abrem as vias de comunicação, especialmente com o caminho-de-ferro, a facilitar os transportes. Em 1845, iniciaram-se as estradas do Porto a Guimarães e Porto-Braga, embora tivessem uma construção algo atribulada, dada a emergência das revoltas populares da Maria da Fonte e da Patuleia. Em 1875, inaugura-se a linha férrea do Minho, na variante Porto-Braga. Nesse mesmo ano, arranca a linha Porto - Póvoa de Varzim, com prolongamento a Famalicão apenas em 1881. E a linha de Guimarães, que deveria ligar o Porto a Guimarães, começou a ser construída em 1871, ficando-se numa primeira fase entre Bougado e Santo Tirso, por falência do primeiro construtor, só chegando a Guimarães em 1884, após a organização de uma nova "Companhia de Caminhos de Ferro de Guimarães", prolongando-se até Fafe em 1907.

E perante a crise agrícola de 1890 e a conseqüente debandada emigratória, havia, por exemplo, quem se lamentasse de não haver por ali (em Guimarães) "uma só fábrica estabelecida, aproveitando os elementos dispersos de tanta aptidão industrial, em condições de grandeza, correspondentes à fama, às tradições seculares deste povo trabalhador; não há uma única companhia, ou sociedade anónima com fins de indústria fabril: as raras fábricas, que se estabeleceram e sustentam, devem-se apenas a beneméritas iniciativas individuais". E o questionamento da aplicação de capitais dirigia-se a quem o tinha na época, os "brasileiros" da emigração: "Neste concelho, onde o capital do Brasil não tem escasseado, que empresa de comércio ou indústria lhe é devido?"<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Avelino da Silva Guimarães, *A Crise Agrícola Portuguesa especialmente no Minho - Meios de atenuação*, Porto, 1890, p. 11

Um pouco mais além, em Fafe, tudo era de facto diferente, no que se refere a investimentos da emigração: em 1873, o "brasileiro" José Florêncio Soares constituía uma parceria para lançar a Fábrica de Fiação junto ao rio Bugio, com o capital a elevar-se aos 150 contos de réis. Foi construída aos poucos, equipada com uma turbina (depois duas) de energia hidráulica e máquinas de fiação importadas (quatro batedores, dezoito cardas, carruagens de fiação com seis mil fusos), tudo vindo da firma J. Hetherington & Sons, de Manchester, uma empresa que desenvolveu planos e aplicações em várias outras fábricas portuguesas da época (Companhia do Rio Ave, Fiação de Tomar, por exemplo), tendo sido responsável pela montagem, entre 1877-79, por James Lickfold, que depois ali ficou como mestre de fiação. Em 1881, a Fiação do Bugio, já estava à espera de máquina a vapor encomendada na Bélgica, que suprisse o problema das estiagens, pois nessas alturas só trabalhava meio-dia. A estrutura etária e de remuneração da sua população operária, raramente fornecida por este inquérito, é elucidativa de um modelo operário que se torna típico da maioria das fábricas da região: 80 raparigas até 15 anos, ganhando de 80 a 100 réis; 30 raparigas de quinze a 25 anos, ganhando de 110 a 150 réis; vinte rapazes a 160 réis; 20 homens a 300 réis; um mestre inglês (Lickfold) por 1200\$000 réis (provavelmente anuais)<sup>59</sup>. População maioritariamente jovem e feminina. A produção de fio (de trama e de urdidura) escoava-se, sobretudo, para Guimarães, mas a partir de 1896 avança para a tecelagem, especializando-se em flanelas e castorinas.

E em 1887 era criada, no mesmo concelho, por iniciativa de outro "brasileiro", José Ribeiro Vieira de Castro, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, que reconverteu uma moageira em dificuldades nas margens do rio Ferro ao ramo têxtil, com um capital de 200 contos de réis. Criava-se, assim, em Fafe, um pólo local de

---

<sup>59</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Comissão Central Directora do Inquérito Industrial - relatório dos delegados nos distritos administrativos de Braga, Viana do Castelo e Aveiro*,

industrialização têxtil de características modernas, com posteriores saltos qualitativos no apetrechamento energético (vapor, depois electricidade) e no equipamento de produção<sup>60</sup>.

Em Ruães, Braga, ganhava corpo (1892) a fábrica de fiação e tecidos da Companhia Fabril do Cávado, sociedade anónima, mas onde pontificavam também alguns brasileiros do Porto, com relevo para o Visconde de Barreiros, que na quinta de Ruães instalara já uma fábrica de papel, decorrendo embora lentamente a instalação das turbinas hidráulicas de potência de 350 cavalos, a partir de um capital de 270 contos de réis e uma emissão de obrigações de 200 contos.

Com efeito, no que se refere a Guimarães, as margens do rio Selho e outras localidades fervilhava já em oficinas de tecelagem de algodão (em 1890 são 45 unidades, mais 33 de pequena indústria), mas neste sector só se destacava ainda a pequena mas pioneira fábrica do Castanheiro (1885), que se dedicava também à laboração do linho. Entretanto, como que em resposta às invocações públicas, nesse ano de 1890 começa a organizar-se a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, uma sociedade anónima com capital de 350 contos de réis, liderada inicialmente pelo Visconde de Sendelo, que ergue fábrica de fiação em Campelos (S. João da Ponte), junto ao rio Ave, equipada com turbina hidráulica e máquina a vapor. Para a sua organização foi atraído o já conhecido engenheiro James Lickfold, sendo finalmente inaugurada em 1893. Em 1897, e para a mesma companhia, o mesmo engenheiro orientou a criação da Fábrica a Vapor de Tecidos de Linha de Guimarães, mais conhecida como Fábrica da Avenida. Mais tarde, aproveitou as quedas de água, em Ronfe, para a criação de produção de energia eléctrica, não só para abastecer as suas

---

Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 261.

<sup>60</sup> Miguel Monteiro, *Fafe dos "brasileiros" (1860-1930)*, Fafe, 1991, p.155-165.

fábricas, como para a comercializar na região (incluindo para outras unidades fabris exteriores à Companhia)<sup>61</sup>.

E em Vila Nova de Famalicão, a atmosfera industrial, por esta altura, não destoava da situação acima descrita. O inquérito de 1890 mostra-nos uma proliferação de pequenas oficinas e de actividade domiciliária que deixava adivinhar a explosão fabril que por ali iria acontecer um pouco mais tarde.

#### **Inquérito Industrial de 1890 - Sector algodoeiro - V.N. de Famalicão**

<i>Nome</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Capital fixo</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>Produção (1000 m)</i>
José Pereira de Andrade	Oliveira	600\$000	7	14	21	40
Domingos Antunes de Carvalho	Oliveira	100\$000	5	8	13	20
António Alves de Sousa	Oliveira	200\$000	8	8	16	30
António Joaquim Ribeiro Guimarães	Pedome	200\$000	8	9	17	18
Manuel José Alves Salvador Junior	Pedome	200\$000	9	8	17	12
José Maria de Almeida Guimarães	Pedome	150\$000	5	8	13	12
Manuel José Alves Salazar	Pedome	200\$000	7	10	17	30
João Pereira Fernandes	Pedome	300\$000	13	18	31	50
Narciso Correia de Abreu	Pedome	200\$000	9	12	21	30
Manuel José Pereira Fernandes	Mogege	300\$000	14	17	31	50
Torquato Ventura Mendes	Mogege	100\$000	6	7	13	20,5
António José Ferreira	Mogege	100\$000	5	8	13	20
Francisco Luis Ferreira Junior	Mogege	100\$000	5	6	11	15
Francisco Luis Ferreira	Mogege	212\$000	9	12	21	30
Narciso Machado	Mogege	150\$000	6	7	13	18
Francisco Alves Rodrigues	Mogege	150\$000	5	6	11	18
Torquato Luis Ferreira	Mogege	100\$000	5	6	11	15
Vitorino Ferreira	Mogege	200\$000	6	7	13	15
José Pereira Meneses	Mogege	100\$000	4	5	9	12
José Pereira Dinis	Mogege	100\$000	5	4	9	12
Joaquim Luis Ferreira	Mogege	100\$000	3	6	9	20
Bernardo da Silva	Riba de Ave	150\$000	7	6	13	18
José Alves de Faria	Riba de Ave	100\$000	5	5	10	10
José Joaquim de Castro	Riba de Ave	150\$000	5	8	13	18
Narciso Ferreira	Riba de Ave	400\$000	16	35	51	90
José Alves Rodrigues	Delães	50\$000	4	5	9	12
Pequena indústria	627 unidades	4633\$000	388	465	853	676,91
Total	653 unidades	9345\$000	569	710	1279	

Neste inquérito e para Famalicão, quase só merecem referência nominativa individual (por apresentarem mais de 8 operários) "estabelecimentos, oficinas ou

<sup>61</sup> Carlos Bastos, *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, 1947, p. 43-44.

casas de trabalho" do sector do algodão (de fiação e tecelagem, que se deveria expressar antes como fiação e/ou tecelagem, dado saber-se que muitas só praticavam a tecelagem), num total de 26, com a excepção de duas carpintarias e de uma fábrica de lã, da Baronesa da Trovisqueira, já nossa conhecida, então em inexorável decadência. As unidades em destaque oscilam em torno de um capital fixo (equipamento, edifício) de 200\$000 réis e um número de operários entre os 8 e os 20. Uma excepção a este quadro é já Narciso Ferreira, de Riba d'Ave, com 400\$000 réis de capital e o número já relativamente elevado de 51 operários, sendo o que ocupava também mais mão-de-obra feminina (35 mulheres). Capital mais elevado só o de José Pereira de Andrade, de Oliveira, que indica 600\$000 réis de capital, mas trabalha só com 20 operários. Narciso Ferreira era também o que apresentava um valor mais alto em consumo de algodão em fio (6 contos de réis em 1889), bem como o que apresentava a maior produção de cotins (90.000 metros). A dinâmica industrializante era ainda balbuciante em Famalicão, pois em termos de imagem geral o que impressiona é que, ao lado destas 26 oficinas, que ocupariam 426 operários (com as deficiências de informação acima registadas), se encontravam ainda mais 627 unidades de tipo caseiro, que só davam trabalho a 853 operários, das quais só 458 unidades trabalhavam durante todo o ano e algumas, no limite, trabalhavam apenas trinta dias, no conhecido processo de "putting-out". Mas importará registar que a jorna do tecelão oscilava, por 1890, em Famalicão entre os \$120 e os \$140 réis, enquanto no Porto, o dia de trabalho era pago entre \$200 a \$300 réis, ou seja, mais do dobro, o que ajuda a compreender a vantagem competitiva que a periferia rural podia oferecer à indústria da Cidade, sobretudo se a esse factor aliarmos outros tipos de vantagens objectivas: menor consciência de classe e de organização profissional, mais disponibilidade de mão-de-obra feminina e juvenil, terrenos mais acessíveis,

abundância de cursos de água decisivos para a produção energética e para determinadas operações do trabalho têxtil e uma rede ferroviária que assegurava um mínimo de circulação a pessoas e produtos.

Não admira, portanto, que os próprios inquiridores de 1890 também se interrogassem sobre a falta de fábricas em Vila Nova de Famalicão: *"Talvez cause estranheza a quantidade de pequenos fabricantes que existem na parte nascente do concelho e que não haja quem os organize em grandes fábricas, onde possam aperfeiçoar o fábriço. É contudo um facto. A falta de capital, e também de iniciativa, tem conduzido a este resultado. Agentes dos comerciantes do Porto e Braga, mediante uma comissão por peça de cotim, fornecem ao fabricante o algodão, e uma vez feito o tecido pagam um tanto por metro*<sup>62</sup>.

#### **2.4 - Os tempos finisseculares - o protecționismo**

Os anos finais da década de 1880 mostram uma aceleração da concentração industrial, com a criação de novas grandes unidades, agora sob o signo de "fábricas de fiação e tecelagem", designação que se vai vulgarizar nas firmas e que exprime a convicção generalizada da necessidade de verticalização, para conseguir ganhos de escala, tanto mais que a tinturaria também começa a integrar estas unidades. Há uma evidente aplicação de elevados capitais no sector algodoeiro, com centenas de contos de réis a dirigirem-se para Fafe, para Guimarães, para Vila do Conde (onde desde 1887, a Companhia do Rio Ave, toma por sua conta a Fábrica da Retorta e a amplia e moderniza, tornando-a numa fábrica modelar, sob a gerência de Luís Firmino de

---

<sup>62</sup> Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, III Volume, Lisboa, 1891, pp.137-252.

Oliveira, um dos mais experimentados e activos empresários têxteis da sua época). Em 1889, iniciou a sua laboração, no Porto, aquela que viria a ser uma das grandes fábricas nortenhas, a Graham, cujos proprietários eram, em Lisboa, importantes estampadores (tinham adquirido a Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Braço de Prata, em 1880), o que revela as esperanças de lucro que a tecelagem estava a dar. Em 1887, os dividendos distribuídos das sociedades anónimas do sector atingiam uma média de 10,44% (os lucros foram nesse ano de 18%), descendo para 8,25% e 7,14%, o que era excepcional em termos industriais, quando o juro era de 6% e havia uma tradição de a indústria raramente dar distribuição de lucros, facto que leva Firmino de Oliveira a afirmar que "foi em virtude d' essa remuneração que o capital acudiu para se montarem novas fábricas, ou para ampliação das existentes"<sup>63</sup>. Das oito companhias algodoeira existentes em 1887, subira-se a catorze em 1892.

Nesta sequência histórica, a década de 1890 vai ser decisiva, dada a situação considerada de crise geral, mas crise particularmente nos têxteis, por superprodução: o equipamento produtivo (nº de fusos e teares) experimentou uma multiplicação por 3 em 9 anos (1881-1890), para além da maior capacidade de produção dos fusos modernos entretanto instalados. Para resolver a situação, só a protecção alfandegária, diziam há muito os proteccionistas, que, face ao clima anglófono gerado pela crise do Ultimatum inglês e com o exemplo alemão e norte-americano, encontram a ocasião propícia para fazer pressão política a favor daquela medida protectora, reorganizando para isso a Associação Industrial Portuense e associando-se aos empresários do sul, através da Associação Industrial Portuguesa. A pauta de 1892, assinada por Oliveira Martins como ministro da fazenda, constituiu um momento único de entendimento entre fiações, tecelões e estampadores, pois estes, quase todos sediados em Lisboa,

---

<sup>63</sup> Luís Firmino de Oliveira, *Indústria Algodoeira, 1887-1903*, Porto, 1904, p. 32

costumavam pressionar no sentido da baixa de direitos sobre tecidos próprios para estampagem, sendo tradicionalmente acusados de inviabilizarem medidas protectoras de alcance geral. Mas agora acabam por aceitar uma subida genérica das taxas sobre os produtos têxteis, e a pauta acaba por funcionar como elemento decisivo para a criação de um mercado nacional têxtil em quase exclusivo, no contexto de uma difusa doutrina sobre o “trabalho nacional”, que ajudava a assegurar a vigilância sobre a comissão revisora pautal para que não ocorresse a possibilidade de uma qualquer alteração que esvaziasse a pauta aprovada. A pauta metropolitana de 1892 conjuga-se com as pautas ultramarinas, que criavam uma protecção de 50 a 90% a favor dos produtos metropolitanos, e ainda com o fenómeno do ágio do ouro, ou seja, a desvalorização da moeda. Tudo conjugado, os produtos estrangeiros ficavam onerados em 50% no acesso ao mercado metropolitano e tornava-se possível o acesso aos mercados de Angola e Moçambique. Mas não se pode esquecer que esta fase de expansão do mercado têxtil e a onda de entusiasmo proteccionista vai coincidir com a depressão internacional que se inicia nos meados da década de 90 e com a crise financeira portuguesa que se arrasta desde 1890 e que se relaciona em grande parte com a quebra das remessas do Brasil e a crise agrícola.

Em todo o caso, viveu-se um surto industrial notável, que se traduziu na consolidação e ampliação das fábricas existentes, nomeadamente na sua mecanização, e na criação de novas fábricas. As sociedades anónimas da área têxtil são o melhor espelho desse surto de crescimento, com algumas a surgirem nos mapas das cotações da bolsa com dividendos entre os 20-50%, como se pode comprovar pelas distribuições relativas a 1899 nas páginas dos jornais. A proliferação de fábricas foi o desenvolvimento lógico desta situação de euforia, numa expansão acelerada do sector algodoeiro no Norte de Portugal, mais precisamente no grande Porto e Vale do Ave,

consolidando a sua posição geograficamente dominante: basta dizer que se, em 1892, o Norte absorvia já 70% das importações de ramas, esse número subiu aos 82% em 1902.

É certo que o mercado africano ainda não tinha consistência. Por um lado, era um mercado instável (dependente da cotação da borracha, material de troca contra os têxteis, mas aquela era uma produção em decadência após o “boom” amazónico e da Insulíndia)<sup>64</sup>. Por outro lado, não tinha grau de exigência, permitindo que o crescimento verificado não fosse acompanhado pela qualidade, absorvendo grande da produção derivada do "putting-out". Finalmente, funcionava mais como uma expectativa, dada a sua possibilidade de crescimento, do que como realidade, pois numa produção algodoeira de cerca de 15000 contos nos inícios do século XX, o ultramar absorvia apenas 2000 contos. Daí os sobressaltos, as quedas bruscas nas crises e as campanhas pela nacionalização do mercado africano. De 1901 a 1903, os dividendos retraíram-se, as cotações das acções desceram, porque os produtos especialmente produzidos para África não escoavam

Apesar das dificuldades, as fábricas multiplicaram-se um pouco por toda a parte, nos distritos de Porto e de Braga, densificando as duas grandes manchas têxteis algodoeiras do Norte: a cidade do Porto e o Vale do Ave. Mas se as conjunturas positivas trazem novas fábricas de dimensão alargada, as conjunturas negativas trazem o desemprego e com ele a proliferação dos teares caseiros, pois tecelão desempregado na cidade torna-se trabalhador por conta própria, como forma de sobreviver, aplicando no seu habitáculo o seu único saber.

Estava, porém, criado o clima económico para que algumas oficinas do Vale do Ave gerassem fábricas, ainda que agregando capitais de outras origens,

---

<sup>64</sup> Fernando Pimentel, *Investigação comercial na Província de Angola*, Porto, 1903.

nomeadamente comercial ou bancário. E o exemplo mais notável acontece em Riba d'Ave, freguesia do concelho de Famalicão. Trata-se de Narciso Ferreira, que vindo de um tear domiciliário, em Pedome, adquiriu terreno em Pena Cabrão (Riba d'Ave) por 1888 e ali instalou uma oficina, com aproveitamento hidráulico a partir de um açude no rio Ave. Em 1890 tinha a maior oficina do concelho, então com 50 teares manuais, afirmando-se já como o maior tecelão, no modelo tradicional, ou seja, com teares próprios e entregando ao domicílio, vendendo ele mesmo pelas feiras da região e nos centros urbanos, em que se destacava o Porto. E é com negociantes e capitalistas do Porto que, por escritura de 24.6.1896, vai formar sociedade para criar a então designada *Fábrica de fiação, tecidos e tinturaria de Riba d'Ave*, com a firma comercial *Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>*, designação que a tornou conhecida. A sede seria no Porto, com a direcção comercial confiada ao eng<sup>o</sup> Vasco Ortigão Sampaio, e a direcção técnica a Narciso Ferreira, com obrigação de este habitar junto à fábrica. Partiam com um significativo capital de 50 contos de réis, dos quais só 10 pertenciam a Narciso Ferreira, embora entrasse apenas com 2500\$000 em dinheiro, já que o restante derivava da cedência dos terrenos e edificações, bem como teares, rodas e outros utensílios da "fábrica" que já tinha no lugar de Pena Cabrão, junto ao Ave. A nova situação permite uma fábrica de raiz, mecanizada, com uma estrutura produtiva verticalizante, que arrancou com cerca de 200 teares. Da acção desta fábrica, vai surgir a Empresa Têxtil Eléctrica, inaugurada em 1905, em Bairro, a primeira a trabalhar com energia eléctrica, produzida pela própria empresa a partir de uma barragem no Ave: um gerador de 500 volts e 8 teares iniciaram a actividade. E pouco depois, construiu-se a central hidroeléctrica de Amieiro Galego, também no Ave, para fornecer energia à Sampaio & Ferreira. Em 1909, surge a Oliveira, Ferreira & C<sup>a</sup>, ainda em torno do núcleo inicial de sócios, mas alargada a filhos de Narciso Ferreira.

Assim, deste núcleo inicial de Riba d'Ave, por acção familiar vão surgir novas fábricas têxteis noutros locais, sendo de referir a acção múltipla de Delfim Ferreira (filho de Narciso) que criou a Fábrica de Fiação e Tecidos, em Vila do Conde, a Fábrica de Fiação de Regufe, a Sociedade Industrial do Mindelo, D. Ferreira, em Arcozelo (Gaia), a Empresa Nacional de Sedas (onde pela primeira vez se trabalhou a seda artificial, em Portugal), surgindo ainda outras fábricas na órbita familiar . Mas, paralelamente ao têxtil, o mais importante foi sem dúvida o contributo fornecido para a produção de energia eléctrica, pois as experiências bem sucedidas de Bairro e de Amieiro Galego levaram, mais tarde, à aquisição da "Hidroeléctrica do Varosa", em Lamego, uma empresa criada em 1906 por uma sociedade portuense depois largamente ampliada, renovada e conexionada com o núcleo de Riba d'Ave, com fornecimento comercial de energia para uma série de concelhos, criando em 1928 uma Central Térmica de apoio, em Caniços<sup>65</sup>. Nos anos 30, Delfim Ferreira, que desenvolvera um papel importante nos investimentos em electricidade já citados, criou a Eléctrica -Hidráulica de Portugal, que explorava 4 barragens no Ave (Guilhofrei, Ermal, Ponte da Esperança e Senhora do Porto), O desenvolvimento posterior levou à criação da célebre CHENOP - Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, por fusão, em 1943, das duas companhias. Percurso que brevemente se anota, porque representa um aspecto inovador que surge do meio algodoeiro, com aspectos emulativos: muitas outras empresas têxteis vão evoluir dos seus equipamentos hidráulicos para soluções eléctricas próprias quando dispõem de capital e de condições naturais para esse efeito. Depois acabam por comercializar excedentes de energia, de tal forma que nos anos 20 e 30 há várias situações deste tipo, antes da criação de empresas mais alargadas e exclusivamente vocacionadas para

---

<sup>65</sup> Aurélio Fernando, *Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves*, II vol., Riba d'Ave, 1994. Jorge Fernandes Alves, "No Centenário da Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup> - A Obra Industrial de Narciso Ferreira",

o efeito, de que a Electra del Lima, com barragem em Lindoso se tornou no melhor exemplo.

Entretanto, novas fábricas vão surgir na zona envolvente de Riba d'Ave, nem todas com sucesso. Em Pedome, Manuel José Alves Salazar, (provável descendente de um tecelão com o mesmo apelido e proprietário de uma oficina com 10 operários já referido no inquérito de 1845), que em 1890 apresentava uma oficina com 17 operários, estabelece uma sociedade em 1896 com um capital de apenas 6 contos de réis, dando origem à popular "Fábrica do Caído", que em 1907 passa a girar sob a firma de Empresa Social de Fiação e Tecidos do Rio Ave e C<sup>a</sup>, Ld<sup>a</sup>, de cuja evolução atribulada temos um estudo recente<sup>66</sup>. Mais ao lado, em Pevidém, com a passagem do século começam a ganhar grande dimensão outras unidades fabris, ajudando a constelar o eixo Famalicão-Guimarães, com uma paisagem industrial típica. Idêntico movimento se nota em S. Tirso, de que se destaca logo a Companhia de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, a partir do legado testamentário do "brasileiro" Conde de S. Bento, em 1896, com uma criação muito ligada à Fábrica de Vizela.<sup>67</sup>

O crescimento verificado, conjugado com uma reduzida capacidade de escoamento, por falta de mercados alternativos, trouxe consigo problemas sociais graves: os conflitos e as greves começam a suceder-se, à medida que desenvolve a organização operária<sup>68</sup>. Em Junho de 1903, por exemplo, desencadeou-se uma greve que paralisou praticamente a indústria urbana no Porto, cujo efeito essencial foi a aceleração na maquinização fabril, o que terá arrastado ainda mais desemprego<sup>69</sup>. Mas ao Vale do Ave as greves só atingem significado em 1910, no surto grevista que

---

*Museu da Indústria Têxtil - Boletim Informativo*, 8-9, Julho de 1997, p. 2-11.

<sup>66</sup> Augusto Castro Pereira, *Uma unidade algodoeira no médio-Ave - A Fábrica do Caído (1890-1990)*, Porto, dissertação de mestrado (FLUP), 1998.

<sup>67</sup> *Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso - 100 anos de História*, S. Tirso, Câmara Municipal, 1996.

<sup>68</sup> Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas vésperas da República*, Lisboa, Presença, 1977.

antecipou a proclamação da República e se estendeu a todo o País<sup>70</sup>. Um inquérito à situação do operariado em 1910 mostra os problemas vividos pelos operários tecelões e a consciência das dificuldades por que passavam, vindo o patronato a dispensá-los, usando de vários expedientes: a maquinização crescente (um tear mecânico produzia o triplo de um manual), a persistência dos trabalhos domiciliários, o recrutamento de mão-de-obra directamente do campo, incluindo cada vez mais mulheres. Do meio rural vinham outros problemas: as fábricas da província tinham a vantagem de pagar menos aos operários, de trabalharem mais horas, de recrutarem muitos menores, de terem instalações mais baratas, de usufruírem de energias hidráulicas, com algumas fábricas já a laborarem ininterruptamente, com dois turnos de pessoas, como era o caso da de Riba d'Ave, tudo se traduzindo em cerca de 50% de custos a menos na produção, havendo apenas a oneração do transporte como factor negativo<sup>71</sup>. São, no fundo, estas as grandes razões da transferência gradual do poder das grandes fábricas de fiação e tecelagem da cidade do Porto para as fábricas do Vale do Ave, que aliviam o capital industrial, com o conseqüente crescimento do desemprego urbano e muitos ex-operários têxteis a rumarem para o Brasil ou para as obras públicas. O operariado urbano sentia mais, de facto, o peso da mecanização, das crises repetidas e do desemprego, da subida do custo de vida (que o proteccionismo cerealífero ajudava a impulsionar) e reagia de forma reivindicativa, aspectos que conjugados com a baixa produtividade e as debilidades de mercado colocavam o sector industrial "preso, sem escapatória, entre o martelo das pressões operárias e a bigorna dos interesses

---

<sup>69</sup> Cf. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários*, Lisboa, ICS, 1986, pp. 155-205.

<sup>70</sup> Augusto Castro Pereira, "Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso (1900-1926)", *Boletim Cultural*, 15, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 57-67. *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 81 (Estatística das Coalisões em Portugal), Lisboa, 1919. Para os conflitos locais e seu enquadramento sócio-ideológico, ver *O Fiandeiro* (da Associação de Classe dos Operários Fiandeiros do Porto) e *Lucta Operária - semanário defensor das classes operárias, commercio e industria..*

<sup>71</sup> *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, 116/117.

mercantis e fundiários", na expressão de Villaverde Cabral<sup>72</sup>. Mas anote-se que a sobreprodução têxtil era uma realidade geral e um grave problema internacional, chegando a ser recomendado no Congresso Internacional Algodoeiro de 1908 a redução de dois dias de trabalho por semana, sugestão que naturalmente não houve condições para aplicar em Portugal.

## 2.5 - Crises e condicionamento industrial

O contínuo proliferar de empresas algodoeiras, pulverizando cada vez mais o sector, não podia agradar aos principais fabricantes e fortes investidores, a braços com uma sobreprodução contínua. Em 1914, depois de mais uma crise grave a que a tensão militar internacional não deixava vislumbrar o fim, os grandes empresários algodoeiros ligados à Associação Industrial Portuense e à Associação Industrial Portuguesa, exercem um novo tipo de pressões junto do governo: defendiam prémios de exportações, abolição do *draw-back*, limitação horária de 60 horas de laboração semanal, abolição de contribuição predial para os edifícios fabris, e, sobretudo, a limitação da indústria de fição às fábricas então existentes, enquanto não fosse reconhecida a necessidade da sua ampliação<sup>73</sup>. Utilizaram-se para este controle os serviços das circunscrições industriais, através dos quais corriam os processos para a concessão de licenças. Estes serviços passaram a pedir parecer às associações industriais, começando desta forma uma fase de alguma promiscuidade política que terá frutos mais tarde, tanto mais que a crise ainda mal começara, e os transportes, os mercados, os preços iam sofrer uma ebulição incontrolável nos meses seguintes com o evoluir da Grande Guerra (o *short time*, através da redução de dois dias de trabalho

---

<sup>72</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 309. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e operários*, Lisboa, ICS, 1986.

semanal, acabou por ser uma solução para a escassez absoluta de algodão em 1917, mas só era adoptado pelos grandes industriais, sendo impossível transmiti-lo à generalidade do sector, dada a excessiva proliferação, incluindo a indústria caseira).

Para resolver os problemas da superprodução que continua nos anos 20, as solicitações dos industriais passavam, mais uma vez, por alargar o mercado e aproveitar as colónias. Por isso colocam alguma esperança no regime saído da ditadura militar de 28 de Maio de 1926, solicitando-lhe<sup>74</sup>, em 1928, a criação de uma comissão para estudar o problema, com a reposição desde logo das pautas ultramarinas de 1892, pautas que entretanto tinham sido desvirtuadas por múltiplas alterações e introduções fiscais. E os industriais faziam essa pressão com o peso do seu contributo para o produto interno bruto (computado em 440.000 contos, em 1926) e com o peso do seu mercado de trabalho - 41268 operários entre as 155 empresas subscritoras. Conforme se pode observar pela relação de empresas que subscrevem a petição, o parque têxtil, de crise em crise, cresceu, no número de empresas e no redimensionamento das principais fábricas, com algumas a ultrapassarem o milhar de operários: há duas fábricas que ultrapassam os dois milhares de operários (F.F.T. do Rio Vizela- 2850 operários; C. F. T. de Guimarães- 2200); há 5 fábricas que apresentam acima do milhar de operários (W.& J. Graham & C<sup>a</sup> -1500; C. Fabril de Salgueiros- 1380; F. F.T. da Areosa- 1000; F.F.T do Jacinto - 1000; C<sup>a</sup> Portuguesa de Algodões - 1000). Merecem ainda uma palavra os grupos empresariais conhecidos que surgem na listagem como empresas independentes, mas que na globalidade atingem já milhares de trabalhadores (o grupo de Narciso Ferreira já ultrapassava os dois milhares).

---

<sup>73</sup> *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa, 1914, p. 22-31.

<sup>74</sup> *Representação apresentada ao sr. Presidente da República pelos industriais algodoeiros de todo o país*, Porto, 20 de Abril de 1928.

Havia então que actuar em dois sentidos, segundo a opinião empresarial: a) por um lado, travar a designada "desnacionalização" das colónias, impedindo o afluxo de importações estrangeiras e facilitando as metropolitanas; b) por outro lado, resolver a conflitualidade inter-empresarial existente, isto é, a deslealdade concorrencial. A anarquia no trabalho industrial era grande: a legislação, incluindo o horário de 8 horas, só era cumprido pelas grandes fábricas e unidades urbanas, a ela fugindo unidades que tinham autorizações especiais ou que pura e simplesmente ignoravam a legislação e chegavam a ter indivíduos a trabalharem 16 horas, o que criava "uma luta tremenda entre todas as fábricas por falta de protecção oficial"<sup>75</sup>.

Problemas que arrastavam e cujo repensar contribuiu para a implementação de um novo quadro institucional, em que o Estado assumia declaradamente um alto grau de participação no sentido regulamentador: o condicionamento industrial. Mas note-se que estas políticas defendidas pelos industriais para a sua auto-regulação estavam também a ser de uso internacional, não só nos países com mais afinidades políticas na altura, mas inclusivamente na própria Inglaterra, que procurava na altura controlar a sua indústria algodoeira em decadência com medidas similares.

Encarado como um regime transitório para obviar aos problemas de curto prazo das indústrias, a viverem a crise generalizada dos anos 30, o condicionamento industrial foi instituído em 1931 (com antecedentes casuísticos na moagem, resinosos e conservas de peixe)<sup>76</sup>, mas acabou por durar até 1979<sup>77</sup>, ainda que sofrendo alterações. Acabou por constituir um dispositivo determinante de intervenção governamental na indústria portuguesa, um elemento ordenador e disciplinador, que para muitos já encerrava uma doutrina - o corporativismo tutelado pelo Estado (daí o

---

<sup>75</sup> "A crise da indústria têxtil", *O Trabalho Nacional*, Agosto de 1930.

<sup>76</sup> José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização portuguesa no pós-guerra 1948-1965*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

<sup>77</sup> Com o decreto-lei nº 519-II, de 29.12.1979, que regula o acesso à liberdade industrial.

conflito com alguns industriais, que defendiam uma disciplina a partir da auto-organização das indústrias)<sup>78</sup>. Eram objectivos do condicionamento controlar a criação de empresas, a sua ampliação ou reequipamento, defendendo-se a capacidade instalada, para assegurar o escoamento da produção e do emprego em vários sectores da indústria, dentro dos princípios definidos pelo Estatuto do Trabalho Nacional, a matriz laboral do Estado Novo. Para isso, actos como instalar novos estabelecimentos, reabrir estabelecimentos com laboração suspensa há mais de dois anos, modificar o equipamento fabril, transferência local, alguns casos de transferência de propriedade, transferências de "autorização" passavam a estar sujeitos a autorização prévia dos organismos centrais<sup>79</sup>. Note-se um aspecto de profundas repercussões ao nível do património industrial: quando uma nova máquina substituía uma antiga, para que não houvesse dúvidas sobre a manutenção da capacidade e do número de equipamentos, a máquina antiga era destruída ante o olhar da fiscalização convocada para o efeito, que lavrava o respectivo auto.

No que se refere à fiação e tecelagem de algodão, limitando-se a instalação de fusos e teares, julgava-se evitar a acumulação de stocks, a deterioração dos preços e, por essa via, evitar a crise. Entretanto, desenvolveram-se medidas para incrementar a exportação para o Ultramar, que deram algum efeito, e que originaram novos pedidos de instalação de maquinismos, durante largo tempo pendentes, até serem afrouxadas as regras rígidas de instalação. A Guerra Civil de Espanha, paralisando e arruinando a produção espanhola veio criar a possibilidade de exportação para o país vizinho, numa típica oportunidade de guerra, a que se seguiu a 2ª guerra mundial, conjunturas estas que animaram a capacidade produtiva da têxtil portuguesa, com o

---

<sup>78</sup> Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *A Associação Industrial Portuense - Para a história do associativismo empresarial*, Porto, AIP, 1995, p. 162-213.

<sup>79</sup> Justino Cruz, *Legislação Industrial*, Porto, 1945.

recrudescimento das unidades caseiras, que não estavam sujeitas ao regime de condicionamento.

O crescimento extensivo do parque algodoeiro acabava por fazer-se contra toda a lógica modernizadora, face à rigidez do condicionamento. De vez em quando, atenuava-se a dificuldade de instalação, com o sentido de proporcionar uma aragem de renovação fabril. Exemplificando, por despacho de 23.4.1940, foram autorizadas ampliações de fiações até 3000 fusos, de tecelagens mecânicas até 20 teares, instalações de tinturaria ou sua ampliação, substituição de máquinas operatórias de preparação desde que não conduzisse a aumentos de produção tal que levasse a novos pedidos de fusos ou teares, substituição de teares manuais por mecânicos (na proporção de dois para um), promessa de estudos particulares para o estabelecimento de novas fábricas completas (de fiação e tecelagem). É nessa altura, com data de 1939, que se publica (*A Indústria do Norte*, 1939, Nov-Dez., p.12-28) uma listagem das fábricas de fiação e tecelagem então existentes, segundo a concepção tricotómica então adoptada: unidades completas (fiação e tecelagem), fiações, tecelagens. Ficamos, assim, com uma enumeração caso a caso das diversas fábricas e de um conjunto estrito de indicadores oficiais - fusos, teares (manuais e mecânicos), número de empregados (administrativos) e de operários, para além dos elementos identificadores (firma e designação comercial), localização fabril por concelho e da sede da empresa - , elementos da maior importância histórica para o reconhecimento patrimonial, para a avaliação de conjunto e distribuição geográfica da indústria algodoeira, uma vez que a estatística do século XX, através dos inquéritos industriais, só fornece informação agregada.

( Mapas e quadro de empresas – apenas na versão impressa)

A distribuição geográfica mostra o elevado grau de concentração geográfica da indústria algodoeira nos distritos de Braga e do Porto, devendo-se registar a particularidade de muitas das firmas instaladas fora do Porto terem a sua sede nesta cidade, o que constitui um indicador da importância da emigração dos capitais nortenhos para a província. Essa particularidade não se refere apenas a fábricas do Vale do Ave e dos concelhos rurais do distrito do Porto, mas também a unidades do Sul, como a Fábrica do Paleão, em Soure (ligada a Manuel Pinto de Azevedo, da Empresa Fabril do Norte) e as duas fábricas de Alcobaça. A função central do Porto na indústria algodoeira parece aqui evidente, não só porque daqui partiam os capitais e, em consequência, aqui se tomavam muitas das decisões estratégicas das empresas que aqui tinham a sua sede, mas em que a fábrica se localizava algures, quase sempre no vale do Ave, mas também porque aqui se encontravam os principais dispositivos reguladores do sistema, em particular as delegações da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, os Grémios, a Associação Industrial (importante nos pareceres do condicionamento, para lá da pressão de tipo patronal), com a inerente viscosidade que o sistema propiciava. . Note-se que há também casos de empresários oriundos do Vale do Ave que se fixam na cidade do Porto, arrastando consigo as sedes das suas empresas, onde alargam a sua área de interesses económicos (veja-se o caso de Delfim Ferreira que, partindo do algodão, se dedica à electricidade, à construção civil e à hotelaria).

Um cruzamento de gerações fabris é, por outro lado, claro neste quadro de informação. Em 1939 ainda persistem com aparente saúde as grandes fábricas dos meados do século XIX - Tomar, Rio Vizela, Salgueiros, Fiação Portuense, Jacinto, as de Fafe - e estão no seu auge as que emergiram depois de 1890 e se desenvolveram nos inícios do século XX - as de Riba d'Ave, Fiação e Tecidos de Guimarães, Fiação e

Tecidos de Santo Tirso, Empresa fabril do Norte, Areosa - mas perfilam-se já alguns nomes, ainda de dimensão económica reduzida, do tipo tecelagem, que virão a dar cartas no surto modernizador dos anos 50/60 - Coelima (Pevidém), Manuel Gonçalves (S. Cosme do Vale), Riopele, entre outras, por apostarem mais no equipamento, por levarem mais longe o acabamento do produto e a diversificação de produção. Mas para já, são ainda determinantes as fábricas completas, isto é, as que reúnem fiação e tecelagem, cuja dimensão média é de 477 operários por unidade, com algumas a ultrapassarem o milhar. Na realidade são apenas 68 fábricas as deste tipo, ou seja, 26% das fábricas registadas, mas chamam a si 84% dos fusos instalados, 82% dos teares mecânicos (quase já não tem teares manuais) e garantem 73% do pessoal da indústria algodoeira, mostrando que apesar da proliferação empresarial na indústria algodoeira também existe um elevado nível de concentração. As 21 fiações e as 167 tecelagens parecem pequenos planetas que giram na órbita daquelas estrelas, cujos nomes tem força para se imporem no mercado e nos jogos de pressão das negociações políticas. Naturalmente algumas destas grandes fábricas são já gigantes adormecidos, quiçá moribundos, com instalações antiquadas e degradadas, equipamento obsoleto e carregadas de operários, incapazes de se reciclarem sem grandes choques (o exemplo mais evidente será o da velha Fiação do Rio Vizela<sup>80</sup>, nesta altura com 2820 operários, mas podíamos referir também as fiações oitocentistas do centro do Porto, entretanto desaparecidas com a falência e a especulação imobiliária, embora algumas tenham sido objecto de grandes transformações, incluindo arquitectónicas já no século XX, de que pode servir de exemplo a Fábrica de Fiação e Tecidos do Porto, em 1934).

Controlar, ao fim e ao cabo, a produção, não podia passar só pela quantidade/qualidade das máquinas, implicava também outros ajustamentos, como

---

<sup>80</sup> Jorge Fernandes Alves, "O presente e o futuro na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Lda", *O Tripeiro*, 1996,1-2, p. 37-40.

por exemplo, uniformizar os horários de trabalho bem como os salários praticados e as condições de higiene, factos que surgem em legislação independente e posterior, a qual deve ser encarada na sua articulação com a política do condicionamento. O controlo do Estado sobre a relação salarial e a ordem laboral, através dos contratos e acordos colectivos, estabelecidos entre empresas (depois representadas pelos grémios) e os sindicatos nacionais que emergiram na sequência da política corporativa adoptada, garantia a manutenção dos níveis salariais baixos, introduzindo também aqui a disciplina e a ordem que asseguravam a paz laboral e a harmonização dos factores de produção, evitando repercussões nos preços<sup>81</sup>. O acordo colectivo de trabalho para a fiação e tecelagem para os distritos de Porto e Braga publicado em 21.8. 1942 mostra-nos como os salários ajustados eram os salários praticados nas grandes empresas da região, não trazendo alterações senão ao nível das pequenas empresas, estabelecendo ainda o tipo de categorias e funções do sector que os mecanismos negociais ajudaram a definir e que nos revela, de forma eloquente, o nível de divisão de trabalho e de taylorização praticado nas grandes unidades (ver Anexo).

## **2.6 - O algodão ultramarino, crescimento do pós-guerra e abertura europeia**

Uma outra chave para compreendermos o funcionamento das empresas algodoeiras durante o regime de condicionamento industrial foi o conjunto de dispositivos que estabeleceram as condições de fornecimento de algodão ultramarino à indústria metropolitana (decs. 21226 de 22.4.2932 e 31952 de 1.4.1942), acabando com as oscilações de preço em sintonia com as cotações do algodão americano,

---

<sup>81</sup> Sobre as questões sociais, ver Alice Ingerson, "Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão", *Análise Social*, nºs 72-73-74, 1982, p. 863-884. Idem, "Uma história cultural e comparada

assegurando-lhe estabilidade e um preço mais elevado. Desta forma, à custa, durante uma década, do fabricante metropolitano, se fomentou e garantiu a estabilidade da cultura do algodão em Angola e, sobretudo, Moçambique, de tal forma que, a partir de 1942, se considerava essa produção suficiente para o consumo nacional, e o preço das ramas baixava então face às cotações do mercado internacional, passando a favorecer a indústria metropolitana. Na realidade, este abastecimento estava dependente do nível das colheitas e da qualidade produzida, havendo anos em que a produção era insuficiente ou de má qualidade, o que penalizava os industriais, impedidos de importarem algodão de outras origens. Note-se que a distribuição do algodão pelos fabricantes era contingendada pelo consumo do ano anterior, estabilizando a produção e retirando quaisquer veleidades de crescimento por disposição empresarial, através do controlo da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama. Este regime só sofreu alteração substancial em 1955 (Dec. 40405 de 24.11) que estabeleceu um compromisso entre produtores coloniais e consumidores nacionais, pelo qual estes deveriam adquirir obrigatoriamente determinadas quantidades, podendo importar livremente a partir daí, bem como os produtores assegurariam obrigatoriamente aqueles montantes à indústria metropolitana, só podendo exportar a partir daí (o que raramente acontecia, visto o consumo crescer gradualmente)<sup>82</sup>.

#### Quadro – Importação de algodão em rama (toneladas)

Anos	Angola	Moçambique	Estrangeiro	Total	% de algodão ultramarino
1926	833	338	13.423	14.613	8.0
1928	354	166	16.194	16.714	3.1
1930	642	190	18.964	19.795	4.2

na indústria têxtil do Vale do Ave", *Análise Social*, nºos 72-73-74, p. 1465-1500.

<sup>82</sup> Maria Helena Garcia da Fonseca, *Intervencionismo do Estado na Indústria Têxtil Algodoeira*, Lisboa, INII, s/d. Para assegurar o funcionamento destes mecanismos, existia a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama.

1932	709	1.445	19.590	21.382	8.4
1934	710	1.919	19.009	21.648	12.2
1936	2.916	3.249	15.175	20.521	26.1
1937	3.225	7.938	17.774	28.937	38.6
1940	3.962	5.903	13.707	23.632	42.0
1942	3.623	13.067	4.232	20.923	80.0
1944	6.117	26.844	4.546	37.507	87.9
1950	3.945	25.755	8.301	38.000	78.1
1954	4.472	37.988	1.227	43.687	97.2
1956	5.474	21.126	13.208	39.808	66.8
1958	6.106	29.552	6.457	42.116	84.6
1959	5.760	26.080	12.840	45.680	71.8
1960	6.980	34.460	4.900	46.340	89.4
1961	4.520	37.880	19.800	62.200	68.1
1962	3.935	29.096	32.221	65.252	30.6

Fonte: Ernesto K. de Queiroz Ribeiro – *O Algodão – Novos processos de produção, comércio e indústria*, p. 255

Por 1945, o efeito do condicionamento industrial fazia-se sentir nos seus efeitos perversos, surgindo publicamente declarações sobre as suas consequências no parque têxtil e a urgência do seu reequipamento. As fiações apresentavam maquinaria que tinha entre 30 a 70 anos, pois só 5% das máquinas instaladas tinham menos de 10 anos, a grande maioria estava pois amortizada há muito tempo. Em contrapartida verificava-se uma grande valorização dos títulos das respectivas empresas nos mercados, o que levantava a questão da retracção no investimento, acompanhada de lucros significativos durante a Guerra e no pós-guerra imediato. Os grandes industriais queixavam-se da suspensão no Conselho Superior das Indústrias dos processos de instalação de novas fiações e tecelagens ou ampliação das existentes, sentindo-se no entanto posições divergentes, com os fiandeiros a quererem só a ampliação e renovação das fiações existentes e as fabricantes de tecelagem a reivindicarem a possibilidade de produção própria de fio, como forma de responder à

sua especificidade de produção e à incapacidade das fiações para satisfazerem a procura nacional, ainda que renovadas (tanto mais que por 1941 tinham tido autorização, por despacho ministerial, de que afinal não aproveitaram). Entretanto, face à falta de fio, que levou mesmo à sua importação dos E.U., proliferavam já fiações clandestinas cuja legalização se reivindicava, como forma de desobstruir as normas apertadas que, durante anos, no sentido de favorecer a pequena indústria, tinham condicionado com regulamentos apertados a automatização<sup>83</sup>.

Os relatórios oficiais caracterizavam então a indústria têxtil, como apresentando excessiva pulverização industrial tanto na fiação como na tecelagem, número de fusos reduzido em relação aos teares instalados, obsolência dos maquinismos, em particular dos fusos, número reduzido de teares automáticos. No que se refere ao arcaísmo das fiações instaladas, vale a pena reter o quadro apresentado no prólogo dum despacho relativo ao condicionamento da indústria algodoeira:

**Quadro: Fiações – Tempo de vida dos equipamentos**

<b>Anos de serviço</b>	<b>Número de fusos</b>	<b>%</b>
0 a 10	37990	5,7
11 a 20	218600	32,6
21 a 30	58720	8,8
31 a 40	142392	21,3
41 a 50	125212	18,7
51 a 60	83316	12,4
61 a 70	3512	0,5

O próprio legislador sublinhava o facto de apenas 38% dos contínuos terem menos de 20 anos, salientando a conveniência da amortização deste tipo de equipamentos em prazos curtos (de 10 a 20 anos), até como forma de aproveitar os progressos técnicos notáveis que se tinham desenvolvido neste âmbito. Foi então, que

<sup>83</sup> "Condicionamento industrial e as fiações de algodão", *Notícias de Famalicão*, 16.11.1946.

pelo despacho de 17.12.1946 se fixaram novas normas de condicionamento, que permitiam a instalação de novas fiações autónomas, a instalação de novas fábricas completas (isto é, de fiações e tecelagens), exigindo-se sempre em todos estes casos máquinas modernas e quantitativos mínimos (10 000 fusos), sendo que nas novas fábricas completas os teares deviam ser automáticos (300 teares mecânicos ou 200 automáticos) e a instalação de fiações em unidades de tecelagem ou a ampliação das existentes (desde que, com a ampliação, satisfizessem aqueles mínimos).<sup>84</sup> Normas que obedeciam a um claro princípio de reorganização industrial, visando diminuir a pulverização, produzir unidades mais racionais através da concentração e aumentar a modernização. Os resultados desta política, sem grandes perspectivas de ampliação de mercado consumidor, foram reduzidos e acusou-se este despacho reorganizador de exigir níveis demasiado elevados, que não permitiram no conjunto a criação de fábricas novas (apenas 10), nem a ampliação de muitas por incapacidade de capital (até porque era salvaguardada pela lei a manutenção dos postos de trabalho), nem sequer a das completas que já ultrapassavam os mínimos, nem ainda a eliminação das mais arcaicas e reduzidas, traduzindo-se, em breve prazo, num efeito bloqueador da modernização que eventualmente resultaria de um mercado livre. No entanto, criaram-se, nesta altura, algumas das melhores unidades algodoeiras da economia nacional e o desenvolvimento do segmento da fiação foi uma realidade, claramente de capital-intensivo, sustentando-se de forma mais estável o fornecimento à tecelagem, pronta a escoar os eventuais aumentos de produção de ramos ultramarinas, de tal forma que Portugal se vai tornar na altura num exportador têxtil com alguma importância, mas a estrutura destas exportações assenta essencialmente no fio.

---

<sup>84</sup> "Indústria Algodoeira", *A Indústria do Norte*, 323-324 (Nov.Dez. 1946), p.85-93. Carlos Bastos, *Indústria e Arte Têxtil*, Porto, 1960, p. 286-294.

Contraditoriamente a esta política, determinou-se em 1947 (Portaria 11879) que as oficinas de trabalho caseiro e familiar, isto é, as que tivessem mais de 4 trabalhadores ao serviço, passavam ao regime de trabalho industrial. Era uma forma de legalizar a tecelagem doméstica e submetê-la às regras do condicionamento, mas que, a curto prazo, amplia a pulverização, embora se esperasse a sua eliminação com o decorrer do tempo e o jogo da concorrência. Sublinhe-se que a excepção da indústria caseira fora vaga, não sendo definido o seu regime com precisão, até porque devia ser interpretado de acordo com a especificidade de cada sector industrial. Mas, enquanto medida que pretendia salvaguardar a especificidade do labor doméstico, propiciara um efeito perverso, isto é, favorecera a multiplicação do trabalho domiciliário, na medida em que um industrial se via constrangido pelo condicionamento a manter intacta a sua capacidade de produção, mas podia efectuar uma real desconcentração da sua fábrica para vários domicílios em que cada um tivesse até 4 teares (número não definido de início), fornecendo fio para o recuperar depois de tecido, aumentando assim na realidade a sua capacidade produtiva. Fenómeno que na atmosfera têxtil do Vale do Ave parece ter sido largamente aproveitado, e que aquela portaria pretendia corrigir, estabelecendo um número de teares para diminuir a sua incidência, mas não eliminando o fenómeno. O mesmo sucedia nas malhas, com alguma legislação própria a enquadrar também o respectivo regime familiar, procurando assegurar que só pessoas com relações de parentesco com o chefe de família pudessem integrar essas unidades. Ou seja, na têxtil (e noutros sectores) o trabalho domiciliário, de natureza precária e de baixo preço pode considerar-se legalizado, tendo uma parte substancial passado agora a engrossar as estatísticas do número de fábricas, de forma afinal fictícia, pois, como sublinham Pereira de Moura *et alli*, "algumas destas tecelagens, em face das dificuldades de

colocação dos seus produtos, têm vindo a paralisar a laboração ou a ser absorvidas por fábricas maiores"<sup>85</sup>. Mas, como se pode ver pelo quadro junto, que os mesmos autores apresentam, essa diminuição não é drástica, em todo o caso terá levada determinadas fábricas a optarem mais claramente pelo automatismo, pois os teares automáticas só agora começam a ganhar significado quantitativo. Note-se que depois dos surtos exportadores dos anos 1936-45, ligados a conjunturas de guerra externa, se verifica a partir dos anos 50 um novo surto, mais sustentado de exportação, sendo o produto industrial mais exportado, colocado globalmente em terceiro lugar no quadro das nossas exportações, logo a seguir a produtos de extracção agrícola, o vinho do Porto e a cortiça, nada de surpreender face ao exíguo quadro industrial dos anos 50, típico de um país subdesenvolvido.

#### **Quadro – N° de unidades industriais, fusos e teares instalados em 31.12-1956**

Anos	Fábricas	Fusos instalados	Teares instalados			
			Total	Manuais	Mecânicos	Automáticos
1935	232	600.426	22.694	1.542	21.152	-
1940	242	673.873	23.091	805	22.286	-
1941	249	655.822	23.028	744	22.202	82
1942	250	668.135	23.871	803	22.891	177
1943	256	672.029	24.250	732	23.303	215
1944	256	673.949	24.557	760	23.579	218
1945	254	667.309	24.483	700	23.555	228
1946	254	669.147	24.519	663	23.624	232
1947	253	674.545	24.570	649	23.660	261
1948	493	690.927	26.844	871	35.472	501
1949	486	719.884	27.859	1.012	25.502	1.345
1950	469	678.896	28.671	1.019	25.724	1.928
1951	468	835.940	29.458	947	25.890	2.621
1952	469	862.874	30.457	912	26.321	3.224
1953	463	884.194	31.259	870	26.498	3.891

<sup>85</sup> Francisco Pereira de Moura e outros, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957, p. 94

1954	461	907.268	31.484	827	26.414	4.243
1955	445	963.586	31.914	805	26.621	4.488

Fonte: Francisco Pereira de Moura e outros, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957, p. 108.

Nesta altura, já os interesses bancários tinham importantes interesses na indústria têxtil, quer em investimentos, quer sobretudo em créditos, em particular os bancos do Norte, BPA e BBI. Por isso, Artur Cupertino de Miranda, o famalicense que criou o Banco Português do Atlântico, já não falava da conjuntura bancária sem evocar a situação têxtil. Em discurso lido na Assembleia Geral do seu banco, fazia eco das previsões de dificuldades, defendendo o reapetrechamento das fábricas de fição e tecidos, "cansada a sua maquinaria pelo labor incessante, nas 24 horas de cada dia desta última meia dúzia de anos", face ao crescendo da concorrência internacional. A criação nas colónias de fábricas de capital nacional - a Textang da Companhia de Fomento Colonial em Angola e a Algodoeira Portuguesa de Moçambique surgiam-lhe como medidas de alcance para manutenção das posições imperiais, diminuindo portanto este mercado para as têxteis metropolitanas. Para estas, só via dois caminhos, que podiam ser assumidos em paralelo ou separados: a) renovação da maquinaria, rumo ao automatismo pleno; b) a "concentração na produção de artigos de alta qualidade, buscando-se dar satisfação a mercados especiais". Dizia acreditar ainda na prosperidade das fábricas nacionais a verificarem-se a renovação progressiva e persistente da maquinaria, a moderação salarial, e a produção suficiente de algodão colonial, se as fábricas modernas soubessem gerir a alta capacidade financeira obtida durante a Guerra no sentido da eficiência<sup>86</sup>. Palavras aparentemente optimistas que encerravam uma visão de dificuldades, dado que o futuro estaria dependente da mão-

<sup>86</sup> "Discurso proferido na Assembleia Geral do BPA, em 25.1.1947, pelo sr. Artur Cupertino de Miranda", *Estrela do Minho*, 2.2.1947.

de-obra barata, do domínio colonial e da mentalidade empresarial. Sublinhe-se que a Sociedade Algodoeira de Portugal, uma das empresas criadas ao abrigo do decreto 33924 de 5.9.1944 que pretendia uma abertura "prudente" das colónias à indústria, não concorrencial com a metropolitana, foi constituída por um capital de 100.000 contos, subscrito na sua grande maioria pelas maiores empresas algodoeiras do Norte (legalmente com direito de preferência no estabelecimento), visando a construção de instalações fabris em Vila Pery, junto ao caminho de ferro da Beira- Rodésia

O decreto 35844 de 1946, que suscitava a intervenção estatal para a disciplina algodoeira, reconhecendo a necessidade nessa altura de 17000 toneladas de algodão, e o decreto 37523 de 1949, que criava isenções fiscais para a produção algodoeira colonial, orientaram-se no sentido de resolver os problemas do abastecimento de algodão, visando não só a produção colonial em quantidade (em 1950 já o consumo nacional era estimado em 32000 toneladas, quase o dobro face a 1946) mas também em qualidade (selecção de sementes, cooperação técnica, missões ao estrangeiro). Ou seja, a campanha algodoeira identificava-se também com uma estratégia de colonização: criavam-se mecanismos de ordenação do quotidiano indígena muito discutíveis, com fórmulas compulsivas de trabalho, fixando-se a população no mato (incluindo europeus), com a criação de centros agrícolas e oficinais.

Esta política de produção colonial protegida tinha como reverso garantir o seu consumo pela fiação metropolitana, mas, como a produção colonial não era capaz de satisfazer a capacidade industrial instalada, a política adoptada para o fornecimento de ramas aos industriais foi a do rateio por sistema de cotas, que na década de 50 rondou os 70% da capacidade (excepto em 1950 em que o fornecimento atingiu os 100%), dificultando-se a importação do então designado algodão exótico (estrangeiro) para evitar aumentos de preços, situação só normalizada a partir de 1957 (as fibras têxteis

tinham por essa altura um peso de cerca de 7% como matéria-prima têxtil). Esta situação obrigou as fábricas têxteis a laborarem abaixo da sua capacidade, com semanas de 4 dias, o que se reflectiu profundamente nas condições de vida dos trabalhadores (cerca de 61000 operários por 1957). Tanto mais que havia uma política governamental de evitar desemprego tecnológico, prestando-se todas as cautelas à instalação de maquinismos, mas por outro lado a preparação de mão-de-obra era nula, tendo os técnicos mais simples (afinadores, contra-mestres) de ser formados nas próprias empresas, que aprendiam por si, enquadrados por profissionais mais velhos. Esta baixíssima preparação técnica da mão de obra fazia com que a incorporação do factor trabalho fosse significativa, apesar dos baixos salários, mas um indicador como o número de trabalhadores por mil fusos, que era de 8 em Portugal só tinha, nos meados da década de 50, paralelo na China (8,9) e na Índia (10), enquanto nos países europeus esse indicador oscilava entre os 4 e 5 , e nos Estados Unidos era de 3,4 apenas. Note-se que esta política de trabalhar abaixo do nível de capacidade de produção instalada, por falta de matéria-prima, terá contribuído para uma mais rápida utilização de materiais de substituição (fibras). Por outro lado, recorde-se que a protecção tarifária variava nesta altura entre os 30 e 100% "ad valorem", reforçada no Ultramar por um sistema de contingentes estabelecidos pelas Comissões Reguladoras de Importação<sup>87</sup>.

A indústria têxtil algodoeira, no seu conjunto, estava, assim, profundamente imbricada com as duas grandes colónias africanas - Angola e Moçambique, produtoras de algodão, consumidoras significativas de tecidos metropolitanos, numa ligação que não era somente de sentido económico, mas também de sentido institucional e político, uma vez que o condicionamento industrial (do continente e do

---

<sup>87</sup> *A Indústria do Norte*, nº 451, Julho de 1957, p. 65-72.

ultramar) e abastecimento colonial de ramas de algodão são as duas faces da moeda têxtil depois dos anos 30. Não admira, assim, que os têxteis do vale do Ave tremessem quando se discutia nos anos 50/60 a necessidade de afeiçoar o condicionamento aos factores de localização industrial, surgindo como naturais as reivindicações das colónias para implantarem com mais liberdade as suas fábricas têxteis junto das fontes de produção das ramas. De igual quando se perspectivava a adesão de Portugal à Zona de Trocas Livres (EFTA), os industriais e os comentadores económicos viam com imenso receio essa abertura de mercado, acreditando que a integração de Portugal provocaria rapidamente a destruição da indústria algodoeira nacional. Em todo o caso, políticas adoptadas para a integração na EFTA, preparando uma transição que deveria ser de 30 anos, permitiram um reapetrechamento tecnológico, mediante facilidades de crédito e deduções fiscais, ao mesmo tempo que se garantia o abastecimento de algodão a preços internacionais, verificando-se a partir de 1960 uma crescente e significativa exportação, ainda que em condições de dura concorrência. Expansão de mercado que permitiu absorver o eventual desemprego tecnológico que poderia ter derivado do reapetrechamento em máquinas. Bastará dizer que, em 1948, houve um incremento de 15000 fusos na fiação, o que conjugado com a importação de ramas coloniais, permitiu satisfazer a procura de fio, atingindo-se os níveis de produção mais elevados até à data, não obstante os crónicos problemas de abastecimento de energia eléctrica, com paragens frequentes devidas à forte estiagem. Problemas que as empresas mais fortes procuravam resolver, recorrendo à aquisição de geradores para produção de energia privativa, enquanto não ganhou significado a rede eléctrica nacional.

Mas algumas fábricas souberam procurar cedo a especialização dentro da fileira têxtil, e, assim, no panorama geral da produção de cotins, riscados fortes e cobertores

há as que se apetrecham nos inícios de 50 para a produção de tecidos finos. Foi o caso da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Pele, surgida em Pousada de Saramagos em 1938, de José Dias de Oliveira, que se vai transformar em Riopelle e criar a sua marca própria a RIOPLEX, ou a Oliveira, Ferreira, & C<sup>a</sup>, com sede em Riba d'Ave, que cria a marca OFRAL.

Num outro sentido diversificador propício ao crescimento vai o exemplo de Manuel Gonçalves, que começou, em 1935, como Fábrica de Fiação e Tecidos do Vale, em S. Cosme do Vale. Depois de se desenvolver no ramo têxtil (com fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos), transformou-se em 1965 em sociedade anónima, com a designação de Têxtil Manuel Gonçalves, SARL, e um capital de 150 mil contos. Alargou, por essa altura, a sua actividade aos oleados, plásticos, lonas e correias para máquinas, dando relevo a um sector - os plastificados, que praticamente não tinham significado em Portugal, sendo esse tipo de produtos objecto de grande exportação. Depois vieram a produção de cordas para pneus e as coberturas insufláveis. Investindo neste sector de forma significativa, tanto ao nível do maquinismo como no da mão-de-obra especializada e sua preparação, a Têxtil Manuel Gonçalves, que já era uma das poucas firmas nacionais exportadoras de têxtil para os países do Norte da Europa, torna-se então numa importante exportadora de plastificados, além de assegurar o mercado nacional destes produtos nas linhas de montagem de automóveis ou na produção de mobiliário e interiores domésticos em Portugal, dando trabalho a cerca de dois mil trabalhadores nos finais dos anos 60, número que nos anos 70 era superior a 3500 no âmbito do grupo empresarial. Neste processo de crescimento veio a incorporar diversas empresas (Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, em 1969), a participar noutras empresas novas (por exemplo, a Pressostático - Coberturas Insufláveis, Ld<sup>a</sup>), e a criar uma gestão departamental em

livre-concorrência, que a tornou num caso de estudo de gestão e de diversificação industrial, face ao padrão familiar e de monoprodução da maioria das unidades têxteis da região.

Note-se, mais uma vez, que a têxtil não era só de natureza algodoeira, embora esta dominasse largamente. Restringindo-nos ao concelho de Famalicão, registavam-se também unidades de seda, como, nos finais da década de 1940, a fábrica de Madeira & Pereira e a Ibis, ambas em Delães, ou a Têxtil de Albagada, em Calendário. E na década de 50 emergem as fibras artificiais, que aos poucos se vão tornar uma matéria-prima generalizada, quer para tecidos específicos, quer para a produção de novos tecidos mistos com o algodão. A seda artificial, cuja descoberta remonta aos finais do século passado, atribuída a Chardonnet (1889), levou tempo a disseminar-se no meio industrial, produzindo-se industrialmente a partir de 1921 para a produção de *rayon*. Em Portugal, Carlos Bastos afirma a prioridade da Empresa Industrial de Santo Tirso, criada em 1923, no fabrico de seda artificial (*fioco*), especialidade em que produziria a quase totalidade do consumo nacional<sup>88</sup>. Mas há quem atribua esse papel a Delfim Ferreira, através da sua Empresa Nacional de Sedas, em Arcozelo (Gaia). A CIFA - Companhia Industrial de Fibras Artificiais, foi outra das fábricas portuguesas que, nos anos 60, se especializou na produção de *rayon*, por viscose, a partir de pasta de celulose. Entretanto, aos poucos, as fábricas mais atentas à modernização incorporam esta fibra celulósica no seu fabrico. Já foi muito mais rápida a difusão de fibras sintéticas: o nylon (poliamida), descoberto por 1935, teve fabrico industrial em 1940; o terylene (poliester) descoberto por 1941, começou a produzir-se em grande escala em 1955; finalmente surgiram as fibras acrílicas a partir de 1942, mas só comercializadas após a guerra (o dralon, da Bayer, o orlon, dos E.U).

---

<sup>88</sup> Carlos Bastos, *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, 1947, p. , 81-82

Este conjunto de fibras artificiais ganharam globalmente espaço na produção têxtil, concorrendo com a utilização das fibras naturais, produzindo uma verdadeira revolução, pelas características intrínsecas (finura, resistência), pelos novos processos produtivos que induziram e pelas novas possibilidades de criação, combinação e consumo, acabando por retirar ao algodão (pelos anos 60/70) a sua posição hegemónica que durou quase dois séculos e que constituiu um verdadeiro laboratório de inovação industrial<sup>89</sup>.

Nos anos 70, a somar às perturbações políticas e sociais derivadas do fim do Estado Novo, com significado nomeadamente na agitação laboral, a indústria têxtil nacional viu-se numa encruzilhada.

Por um lado, surgia o fim do ciclo colonial, sendo que a indústria algodoeira nacional tinha constituído uma vertente operativa da unidade económica do império, como mostramos acima, ao articular a sua produção com a dos consumo do algodão em rama das colónias, que por sua vez constituíam um mercado importante para os tecidos (a libertação deste colete de forças, frequentemente negativo mesmo a curto prazo começava a fazer-se nos anos 60, mas muito lentamente, e poucas foram as empresas que souberam compreender a conjuntura com oportunidade).

Por outro lado, a indústria têxtil mundial atravessava uma fase de profunda reconversão, que a torna numa indústria multifibra, mas também de multi-processamento, com complexos problemas tecnológicos. E no campo da cooperação e do comércio internacionais havia uma predisposição para reavaliar o processo de divisão de trabalho entre países ricos e países pobres, seguindo-se frequentemente o princípio de Ohlin-Heckscher, defendendo-se a especialização em actividades em que o factor *procura* melhor correspondesse ao factor *oferta*, o que levava a criar tarifas

---

<sup>89</sup> Mário de Araújo e E. M. de Melo e Castro, *Manual de Engenharia Têxtil*, I Vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 1-100.

preferenciais aos países em desenvolvimento no sentido de se aplicarem a indústrias de mão-de-obra intensiva<sup>90</sup>, ficando para os países ricos as de capital intensivo, o que constituiu uma ameaça concorrencial para a têxtil portuguesa, que tinha no baixo preço da mão-de-obra o seu factor mais competitivo.

Algumas destas mutações da têxtil nos finais dos anos 70 são inventariadas, de forma pertinente, num contundente artigo de João Rendeiro, de que vale a pena extrair algumas ideias-base. Assim, a situação era (é) de uma importante aceleração do progresso técnico (fiação de extremidade aberta, teares sem lançadeira, aplicações microelectrónicas), com impacte substancial na produtividade, a exigir soluções de capital intensivo e redistribuição da competitividade; a emergência de novas estruturas de custos, nomeadamente nas matérias-primas e salários; necessidade de uma nova eficiência na gestão de *stocks*, direccionada para a variedade e para uma grande rotatividade; a crescente utilização das fibras não-naturais, com repercussões sobre as técnicas de fabrico e inversão na tendência para a deslocalização da têxtil que antes se dirigia para os países produtores de algodão; estímulos de associação a mercados alargados (EFTA, depois a CEE) e os acordos internacionais; o reconhecimento do peso das estruturas de comercialização, com grande poder negocial das cadeias retalhistas e a importância concedida ao *design* e ao *marketing* como estratégia competitiva face aos novos modelos de procura; a necessidade de estruturas empresariais flexíveis, capazes de se adaptarem rapidamente à variedade e evolução dos padrões. Uma série de desafios a enfrentar por uma indústria têxtil portuguesa em que o algodão era ainda largamente dominante, a pequena empresa (com alguma concentração) era a estrutura maioritária, a eficiência era baixa (embora muito desigual, com casos muito positivos) e a imersão numa história marcada pela

---

<sup>90</sup> W.T.Krose, *A indústria têxtil no limiar da II década de desenvolvimento -Um quarto de século da história têxtil*, Porto, AIP, 1971, p.37-59.

falta de penetração nos mercados externos, a não ser em segmentos muito especializados. Uma indústria cheia de problemas mas que, segundo os números relativos a 1977, dava emprego directo a 75000 trabalhadores, através das suas 450 empresas<sup>91</sup>.

Nesta estrutura empresarial densa, em que a crise dos anos 70/80 cavou fundo, abrindo buracos qual bola de queijo, tem vindo a surgir e a ocupar espaço o segmento da confecção e do pronto-a-vestir, com todas as características da tradição têxtil (trabalho domiciliário, pequenas fábricas trabalhando a feitiço). Verifica-se, assim, a estruturação de um domínio que sempre foi pouco significativo em Portugal, que permite escoar internamente a produção de tecido e incorporar valor acrescentado relativamente ao movimento de exportação tradicional. Deste movimento, à medida que se extinguíam pequenas e grandes fábricas tradicionais, emergiram pequenas e médias empresas, dotadas de maior flexibilidade, que tem contribuído para reconfigurar o tecido industrial da região, com alguns casos de sucesso, que apresentam grande mobilidade nos meandros da segmentação e do "franchising" do mercado de vestuário internacional<sup>92</sup>. Este proliferar empresarial, em cuja turbulência o Porto parece ter perdido a sua função central de regulação<sup>93</sup>, é um dos elementos que, para alguns autores, configura uma atmosfera industrial específica de um modelo territorial, assente na aquisição de técnicas de produção e de conhecimentos de mercado que promove um forte espírito empresarial, de natureza individual, avesso a organizações de grande complexidade e de inovação: "o modelo empresarial dominante caracteriza-se assim por uma oferta fortemente endógena e territorializada

---

<sup>91</sup> João O. Rendeiro, "A indústria têxtil em Portugal: novas estratégias ou declínio inevitável?", *Conferências sobre Problemas da Economia Portuguesa*, Lisboa, Banco Borges & Irmão, 1984, p.191-223.

<sup>92</sup> Jorge Fiel, "As malhas de sucesso", *Expresso-revista*, nº 1329, 18.4.1998, p.46-57.

de função empresarial, mas esta é fundamentalmente assegurada pelo empresário-indivíduo que, na maior parte dos casos, se confunde com o fundador e actual sócio principal da empresa e, até, com o indivíduo que assegura directamente um certo número de funções dentro da empresa"<sup>94</sup>

### 3 - CONCLUSÕES

A indústria têxtil do Vale do Ave não pode dissociar-se de movimentos mais gerais e da organização da economia-mundo. Fortemente sedimentada do ponto de vista histórico, esta indústria estrutura-se sobre dois sedimentos distintos: um primeiro, de origem antiquíssima, que radica no trabalho caseiro do linho, que originou formas de produção e de comercialização pré-industriais típicas do *domestic-system*, isto é, de trabalho domiciliário e a emergência de redes de comercialização para um mercado não só regional mas até internacional; um segundo sedimento, o da indústria algodoeira, que penetra lentamente ao longo do século XIX, para alastrar de súbito nos finais do século XIX (numa combinação de *domestic system* com o do *factory system*, onde o *putting-out* assume uma posição estratégica) e crescer de tal forma durante o Estado Novo (ligada à produção colonial de ramas) que se configura então o vale do Ave como o pólo algodoeiro por excelência (sempre em estreita ligação com o Porto). Entre estes dois sedimentos, funcionaram alguns tipos de oficinas dedicadas a outras actividades, com relevo para as sedas e veludos, que ajudaram a disseminar a tecnologia e a procura do algodão em termos locais.

---

<sup>93</sup> Maria Madalena Allegro de Magalhães, "O Porto na divisão internacional do trabalho - a indústria têxtil", in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Porto, CLC-FLUP, p. 407-419.

<sup>94</sup> José da Silva Costa e Mário Rui Silva, "Inovação e modelo empresarial no Norte Litoral Português", *Cadernos de Ciências Sociais*, 14, Janeiro 1994, p.41.

Ora a emergência da indústria do algodão só se torna possível devido aos reordenamentos da economia-mundo, particularmente da perda de hegemonia inglesa na indústria têxtil, que permite aos países semi-periféricos criarem o seu próprio mercado, muito através de condicionalismos proteccionistas, tornando-se a Inglaterra produtora e exportadora de tecnologias têxteis que vende e implementa localmente, longe das proibições e perseguições levantadas aos contrabandos tecnológicos da primeira revolução industrial. É este contexto que viabiliza o surto de fiações da década de 1870 e seguintes e da expansão das tecelagens a partir da década de 1890, já que, antes o primeiro surto de manufacturas privilegiadas dos finais do século XVIII constituía um fracasso, incapaz de se viabilizar e gerar desenvolvimento, e a paisagem que restou foi a de uma malha de oficinas e de pequenas manufacturas (impropriamente designadas de fábricas, no seu sentido moderno, com algumas raras excepções).

À procura de mercado, a indústria algodoeira, face aos condicionalismos internacionais, tal como outros sectores industriais, invocou o Ultramar para a complementaridade indispensável. Numa primeira fase, o Ultramar foi ganho sob o efeito de dispositivos pautais (pauta de 1892) que se revelaram sempre vulneráveis face à ebulição da economia internacional. Mais tarde, com o Estado Novo, o modelo adoptado é o do antigo "pacto colonial", ou seja, as colónias produzem algodão, a metrópole transforma-o e o produto final é consumido nos dois espaços. Não era bem o que os industriais têxteis pretendiam, pois desejavam um mercado de escoamento de produtos finais, sem estarem presos ao do aprovisionamento das ramas (que tiveram de ajudar a construir com base em imposições fiscais e manutenção de preços elevados na fase inicial). Mas, face à longa depressão dos anos 30 e aos surtos de procura ocasionadas pelas conjunturas de guerra entre 1936-1945, bem como às

garantias de ordem e trabalho do salazarismo, o sistema funcionou e cresceu, alicerçado num mecanismo de estabilização da capacidade produtiva que deu pelo nome de condicionamento industrial. O parque industrial, apesar disso, cresceu, sobretudo no sector da fiação, embora com um efeito perverso, que foi o da insularidade do sector algodoeiro (tal como outros sectores industriais, dada a política de autarcia), desligando-o da economia internacional, para a qual só timidamente se começou a preparar nos anos 60, quando da adesão à EFTA. Neste contexto, compreende-se que a descolonização tenha constituído um choque de grandes repercussões para uma indústria que, em grande parte, adormecera sobre o fornecimento de algodão colonial e a garantia de um mercado metropolitano e colonial, relativamente distribuído pelos efeitos do condicionamento, para já não falarmos dos efeitos do regime político ao nível da manutenção da mão-de-obra disciplinada e submissa, com baixos salários.

Percebemos, assim, que a indústria têxtil acabou por ser uma indústria com pouco efeito estruturante sobre o processo de desenvolvimento, embora fosse muito significativa em termos de mercado de emprego e de valores de exportação. Mas não tiveram aqui eco os incentivos à reorganização industrial, no sentido da concentração e da modernização empresarial que um ideólogo e político como Ferreira Dias preconizava. As grandes empresas têxteis eram afinal as que se tinham erguido no século XIX ou nos inícios do século XX, salvo algumas raras excepções que souberam aproveitar os incentivos dos anos 60. Para quê crescer e concentrar se a imagem de uma indústria de forte feição rural, disseminada pelos campos, calma, onde dominava a pequena empresa parecia só ter vantagens? Quem melhor do que um quadro do regime, como o eng<sup>o</sup> Queirós Ribeiro, técnico ao serviço da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, para nos explicar essa imagem

idílica de uma indústria cuja feição, ultrapassada a conflitualidade das primeiras décadas do século XX, acabara por se ajustar como uma luva ao regime do Estado Novo, algo descrente da indústria, pretensamente modesto e ordenado, impaciente para com as reivindicações operárias?

"A pulverização da indústria pela província, embora tenha grandes inconvenientes pelo lado económico, apresenta vantagens apreciáveis, sob o ponto de vista social, que resultam da população rural encontrar trabalho industrial quase sem abandonar o lar. Nestas condições, o camponês transforma-se em operário fabril durante as oito horas do trabalho industrial, e emprega o tempo restante do dia no amanho da pequena propriedade agrícola de que, normalmente, é arrendatário. Assim, pode viver recebendo salário industrial relativamente baixo, que é reforçado pelo rendimento da sua agricultura e pelo auxílio resultante da habitação ser de renda barata e doutras condições económicas favoráveis, que só se encontram na aldeia. Em tais circunstâncias podem ser suportadas mais facilmente quaisquer crises que dificultem a vida na indústria, porque os operários, se não trabalharem toda a semana na fábrica, poderão empregar os dias disponíveis na sua agricultura ou na de outros agricultores, que sentem muitas vezes a falta de mão-de-obra"<sup>95</sup>.

Uma representação da indústria têxtil que corresponde mais a um desejo do que a uma realidade, apesar de fortemente invocada. Não era o pessoal das fábricas têxteis essencialmente feminino, muito jovem (estando prevista por contrato a entrada na fábrica aos 12 anos e a permanência durante seis anos como aprendizes)? Não seria

---

<sup>95</sup> Ernesto K. de Queiroz Ribeiro, *O Algodão - Novos processos de produção, comércio e indústria*, Porto, 1965, p. 257.

por esta via que se produzia a pacificação fabril e entrava nas famílias o complemento do trabalho industrial ao camponês? E com o tempo não se processava a reprodução do meio operário, em que os filhos dos operários assumiam como seu o destino dos pais? E afinal, os industriais têxteis, não estiveram a partir de certa altura manietados no crescimento, ligados a uma estratégia de colonização, para a qual foram arrastados pelo medo das crises e por um regime que lhes acenava com a estabilidade (ou paralisia?), a obediência operária e os baixos salários, em troca da sua colaboração para o crescimento do Ultramar? Um conjunto de interrogações que comportam todo um programa de investigação a realizar, para recuperar não só o património edificado e técnico, como povoá-lo com as memórias dos homens e das mulheres que ao longo dos tempos fizeram sua a profissão de fiar e tecer.

**Anexos (apenas na edição em livro):**

Despacho sobre salários mínimos (1942)

Fábricas algodoeiras em 1939 – Fonte: *A Indústria do Norte*, Nov- Dez. de 1939, p. 13-28.